

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DE LAGES

PAULO PEREIRA DOS SANTOS

Florianópolis, 29 de Junho de 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DE LAGES

Monografia submetida ao departamento de Ciências Econômicas para obtenção da carga horária da disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Paulo Pereira Dos Santos

Orientador: Prof. Lauro Mattei

Área de pesquisa: Economia Agrícola

Palavras chave: 1. Agricultura Familiar
2. Região de Lages
3. Estabelecimento agrícola

Florianópolis, 29 de Junho de 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 8 (oito) ao aluno Paulo Pereira dos Santos na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Banca Examinadora:

Professor Dr. Lauro Francisco Mattei

Professor Dr. Hoyêdo Nunes Lins

Professor Dr. Valdir Alvim da Silva

Simplicidade, Pato Fu

Composição: João Daniel Ulhoa (John)

Vai diminuindo a cidade
Vai aumentando a simpatia
Quanto menor a casinha
Mais sincero o bom dia

Mais mole a cama em que durmo
Mais duro o chão que eu piso
Tem água limpa na pia
Tem dente a mais no sorriso

Busquei felicidade
Encontrei foi Maria
Ela, pinga e farinha
E eu sentindo alegria

Café tá quente no fogo
Barriga não tá vazia
Quanto mais simplicidade
Melhor o nascer do dia

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por conceder-me a graça de estudar na UFSC e adquirir minha formação em Economia.

Aos meus pais que me deram a vida e, em especial, pelo exemplo a ser seguido. Ao pai pelo caráter e exemplo de fé, à mãe pela determinação, coragem e força que me fizeram vê-la, sempre, como uma fortaleza.

À minha esposa, a quem fica impossível descrever sua importância na minha vida, pois sem ela jamais chegaria até aqui. Agradeço pela atenção e compreensão ao longo do curso. Infelizmente jamais poderei retribuir sua generosidade. Obrigado por você fazer parte da minha vida.

Agradeço todos os meus familiares, sempre tão gentis comigo assim como aos bons amigos, aos colegas e professores da UFSC que me ajudaram chegar até aqui.

Ao Professor Lauro Mattei por me guiar pelo caminho.

RESUMO

O tema agricultura familiar presente nesta monografia, é discutido a partir da definição do seu papel e da sua importância para a sociedade e através da sua caracterização nas cinco regiões geográficas do Brasil - Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul - considerando as particularidades de cada região. A caracterização da agricultura familiar no estado de Santa Catarina e na região dos Campos de Lages, onde é discutida sua importância social, econômica, política e cultural tornou-se o objetivo deste trabalho. Verificou-se como a agricultura familiar está distribuída, qual a sua composição fundiária, quantas pessoas ela emprega, o que e quanto ela produz de riqueza para a região pesquisada, onde são analisados os aspectos econômicos, sociais e de sustentabilidade, buscando encontrar traços da presença da agricultura familiar. Também são discutidas as perspectivas e os desafios para o futuro da atividade em Santa Catarina e, em especial, na região dos Campos de Lages.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	6
LISTA DE MAPAS	9
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE FIGURAS	12
1. PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.1 Introdução	13
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo geral	15
1.2.2 Objetivos específicos	15
1.3 Metodologia	15
1.4 A Estruturação do trabalho	16
2. CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA E CATARINENSE	18
2.1 A Origem da Agricultura no Mundo e no Brasil	18
2.2 A Agricultura Familiar no Brasil	20
2.2.1 A Agricultura Familiar na Região Norte	22
2.2.2 A Agricultura Familiar na Região Nordeste	23
2.2.3 A Agricultura Familiar na Região Centro Oeste	25
2.2.4 A Agricultura Familiar na Região Sudeste	27
2.2.5 A Agricultura Familiar na Região Sul	28
2.3 A Agricultura Familiar em Santa Catarina	30
3. A AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DOS CAMPOS DE LAGES	33
3.1 Formação Histórica da região dos Campos de Lages	33
3.2 População Residente Urbana, Rural e Total	36
3.3 Aspectos Econômicos da Região dos Campos de Lages	38
3.3.1 Produto Interno Bruto per capita	38
3.3.2 Produto Interno Bruto por Setor	39
3.3.3 Distribuição da Renda	40

3.3.4 Estrutura Produtiva	40
3.4 Aspectos Sociais da Região dos Campos de Lages	42
3.4.1 População Economicamente Ativa.....	42
3.4.2 Educação	46
3.4.3 Saúde.....	46
3.4.4 Pobreza	47
3.4.5 Condições de Moradia.....	48
3.4.6 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	48
3.5 A Agricultura Familiar na Região dos Campos de Lages.	50
4. PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR CATARINENSE E NA REGIÃO DOS CAMPOS DE LAGES.....	55
4.1 Mesorregião da Grande Florianópolis.....	55
4.2 Mesorregião Norte Catarinense	57
4.3 Mesorregião Oeste Catarinense	59
4.4 Mesorregião Serrana.....	62
4.4.1 Microrregião de Curitibanos.....	63
4.4.2 Microrregião dos Campos de Lages.....	66
4.5 Mesorregião Sul Catarinense	67
4.6 Mesorregião do Vale do Itajaí	68
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS	73

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - <i>Microrregião dos campos de Lages</i>	34
Mapa 2 - <i>Mesorregiões Catarinenses</i>	55

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - <i>Santa Catarina, N^o Estabelecimentos, Área, Pessoas Ocupadas e Valor Bruto da Produção Agrícola Familiar e VBP/PO - VBP/ha - VBP/EST.....</i>	30
TABELA 2 - <i>Evolução População Residente Urbana, Rural e Total na Região dos Campos de Lages (1940-2010).....</i>	36
TABELA 3 - <i>População Residente Urbana, Rural e Total nos Municípios da Região Dos Campos de Lages.....</i>	38
TABELA 4 - <i>PIB Per Capita Da Região dos Campos de Lages e de Santa Catarina 2003-2007 (em R\$).....</i>	38
TABELA 5 - <i>Composição do Produto Interno Bruto - Valor Adicionado por Setor na Região dos Campos de Lages 2002-2008.....</i>	39
TABELA 6 - <i>Indicador da Distribuição da Renda da Região dos Campos de Lages 1991 e 2000.....</i>	40
TABELA 7 - <i>Numero de Estabelecimentos, Unidades Locais. Por setor na Região dos Campos de Lages 1970-1995.....</i>	41
TABELA 8 - <i>População Residente Total, População Economicamente Ativa Total e Percentual, PEA Urbana Total e Percentual, PEA Rural Total e Percentual Na Região dos Campos de Lages 1970-2000.....</i>	42
TABELA 9 - <i>Evolução da População Residente Total e da População Economicamente Ativa, Total, Urbana e Rural da Região dos Campos de Lages 1970-2000 - (%).....</i>	43
TABELA 10 - <i>Indicadores da Educação na Região dos Campos de Lages 1991 e 2000.....</i>	46
TABELA 11 - <i>Indicadores da Saúde na Região dos Campos de Lages 1991 e 2000.....</i>	47
TABELA 12 - <i>Indicadores de Pobreza na Região dos Campos de Lages 1991 e 2000.....</i>	47
TABELA 13 - <i>Indicadores de Moradia na Região dos Campos de Lages 1991 e 2000.....</i>	48
TABELA 14 - <i>Composição IDH-M, Educação, Longevidade e Renda. Nos Municípios que Formam a Microrregião dos Campos de Lages Da Região dos campos de Lages, de Santa Catarina e do Brasil. 1991 e 2000.....</i>	49
TABELA 15 - <i>Número de Estabelecimentos, Área ocupada, Pessoas Ocupadas, Valor Bruto da Produção da Agricultura Familiar Região dos Campos de Lages.....</i>	52

TABELA 16 - *Área Plantada de Matas Artificiais na Região Dos Campos de Lages 1950 a 1995*.....52

TABELA 17 - *Efetivo Bovino e Vacas Ordenhadas em Cabeças e percentual Em Santa Catarina e na Região dos Campos de Lages 1975-2005*.....53

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - <i>Evolução da População Residente Urbana e Rural da Região dos Campos de Lages 1940-2010 - (%)</i>	37
FIGURA 2 - <i>Evolução Anual do PIB per capita Da Região dos Campos de Lages e de Santa Catarina</i>	39
FIGURA 3 - <i>Evolução do Número de estabelecimentos Unidades locais por Setor na Região dos Campos de Lages 1970-1995 – (%)</i>	41
FIGURA 4 - <i>Porcentagem da População Economicamente Ativa entre a Área Rural e Urbana da Região de Campos de Lages 1970-2000 - (%)</i>	43
FIGURA 5 - <i>População Economicamente Ativa Ocupada, Total, Urbana e Rural da Microrregião dos Campos de Lages 1970-2000</i>	44
FIGURA 6 - <i>População Economicamente Ativa Desocupada, Total, Urbana e Rural da Região dos Campos de Lages 1970-2000</i>	44
FIGURA 7 - <i>Taxa de Desemprego, Total, Urbana e Rural da Região dos Campos de Lages 1970-2000</i>	45
FIGURA 8 - <i>População Ocupada, Por Setor de Atividade, Comércio e Serviços, Indústria e Agropecuária Região dos Campos de Lages 1970-2000</i>	45

1. PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 Introdução

A agricultura familiar enquanto atividade produtiva no Brasil foi reconhecida através da Lei Federal 11326, de 24 de julho de 2006, assinada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Desta forma, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar aquele ou aquela que pratica atividade no meio rural atendendo simultaneamente alguns requisitos que são: não deter área maior que 4 (quatro) módulos fiscais, sendo que esses variam de tamanho de acordo com cada região do País, mas geralmente não excedem 25 ha por módulo; utilize predominantemente mão de obra familiar; tenha a renda familiar originada do próprio estabelecimento ou empreendimento rural, e que dirija este estabelecimento em parceria com sua família.

No Brasil cerca de 60% dos alimentos consumidos diariamente pelas famílias é proveniente da agricultura familiar. Isso já é motivo de sobra para preservação deste importante setor da economia. Além disso, existem no país, segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE 2006, 5,2 milhões de estabelecimentos agrícolas. Deste total, 4,4 milhões de estabelecimentos pertencem a agricultores familiares. Portanto, 84,6% dos estabelecimentos agrícolas pertencem aos agricultores familiares e 800 mil estabelecimentos agrícolas pertencem agricultura não familiar - 15,4% dos estabelecimentos agrícolas. A área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas no Brasil é de 330 milhões de hectares, mas apenas 80 milhões são ocupados pelos estabelecimentos agrícolas familiares, isso significa apenas 24,24% de toda a área. Sobrando, então, 250 milhões de hectares aos estabelecimentos não familiares, algo em torno de 75,76% de toda área.

Em Santa Catarina, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE 2006, existem 194 mil estabelecimentos agrícolas. Deste total, 169 mil estabelecimentos agrícolas pertencem agricultores familiares. Portanto, 87% dos estabelecimentos. E, 27 mil estabelecimentos agrícolas pertencem a agricultores não familiares, 13% deles. A área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas no Estado de Santa Catarina é de 6 milhões de hectares, distribuídos da seguinte forma: 2,6 milhões de hectares pertencem aos estabelecimentos agrícolas familiares, 44% de toda área. E, 3,6 milhões de hectares pertencem a estabelecimentos agrícolas não familiares, 56% da área agrícola catarinense.

Ao caracterizar a agricultura familiar da região de Lages torna-se relevante considerar que ela enfrentou ao longo da história problemas herdados da formação histórica da sua ocupação, que priorizou a pecuária extensiva favorecendo a grande propriedade e a expansão dos reflorestamentos. Por isso, faz-se necessário identificar se a agricultura familiar da região teve realmente seu desenvolvimento prejudicado em razão desses dois fatores.

Faz-se necessário observar, também, se a agricultura familiar da região de Lages cumpre seu papel, que do ponto de vista social é uma das maiores fontes geradoras de emprego no campo por absorver a maior parte da mão de obra dessa região. Do ponto de vista econômico sua função é de produzir alimentos para abastecer o mercado interno suprindo as necessidades de consumo de alimento da população urbana; do ponto de vista político ela é fundamental para governabilidade, pois indivíduos no meio urbano custam inúmeras vezes mais para os cofres públicos do que no meio rural; e do ponto de vista cultural a agricultura familiar abriga grande diversidade trazidas de suas origens, costumes, formas de trabalho e no saber que a sua experiência acumulou. Hoeflich (2006).

Na região de Lages, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE 2006, existem 15.086 estabelecimentos agrícolas. Deste total, 11.293 estão em domínio da agricultura familiar, isso significa a ocupação 74,86% dos estabelecimentos agrícolas. Em contrapartida, 3.793 mil estão em domínio de produtores agrícolas não familiares, portanto 25,14% dos mesmos. Esses ocupam uma área total de 1.072.422 de hectares, sendo que apenas 223.608 pertencem aos estabelecimentos agrícolas com predominância da agricultura familiar, o que significa 20,85% de toda a área. Os outros 848.814 mil fazem parte dos estabelecimentos agrícolas não familiares, que ocupam 79,15% de toda área agrícola da região.

Os estabelecimentos agrícolas familiares na região de Lages absorvem 65,48% da mão de obra trabalhadora, os não familiares, apenas 34,52%. A agricultura familiar desta região produz uma média de R\$ 844,73 por hectare, R\$ 6.700,77 por trabalhador e R\$ 16.726,11 por estabelecimento agrícola/ano. Nessa região a agricultura familiar produziu 188,9 milhões de reais em 2006. Esse valor é 31,02% do PIB agrícola da região, segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE 2006.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a agricultura familiar caracterizando historicamente a sua formação, seu desenvolvimento e sua importância para a sociedade catarinense e, em especial, para a região de Lages.

1.2.2 Objetivos específicos

- I. Fazer uma revisão da literatura, caracterizando a agricultura familiar brasileira e catarinense.

- II. Caracterizar historicamente a região de Lages, analisar seus aspectos de desenvolvimento econômico, social, de sustentabilidade descrever a sua agricultura.

- III. Estabelecer as perspectivas e os desafios para a agricultura familiar catarinense nas seis mesorregiões do Estado e na região de Lages.

1.3 Metodologia

A proposta metodológica deste trabalho é uma pesquisa de contexto histórico descritivo, tendo como base a agricultura familiar brasileira catarinense e em especial a agricultura familiar na região de Lages. Para isso, é imprescindível fazer uma abordagem histórica que defina a agricultura familiar dessas regiões. Uma pesquisa pode ser definida da seguinte forma:

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamentos e ação, ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstância socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos (MINAYO (Org.), 2008, p. 16).

A metodologia desenvolvida nesta pesquisa segue uma linha de abordagem teórica, constituindo um conjunto de normas técnicas que possibilitem a construção da realidade no seu contexto social. Sendo assim, tornou-se relevante definir o que é a agricultura familiar, qual o seu papel e, principalmente, determinar as suas atuais condições.

A segunda abordagem desta pesquisa é fazer uma contextualização histórica sobre a agricultura brasileira e catarinense, seu desenvolvimento ao longo do tempo até a criação da agricultura familiar. Além disso, enfatizar a importância da pequena propriedade rural na produção de alimentos que são usados tanto para própria subsistência quanto para gerar renda à família agricultora. “... o beneficiamento/transformação dos produtos e subprodutos da agricultura familiar tem sido referido por governantes e por parcela significativa da sociedade civil como um importante instrumento de desenvolvimento.” (PAULILO; SCHMIDT 2003, p. 270).

Na seqüência da pesquisa é importante caracterizar historicamente a região de Lages, analisar seus aspectos de desenvolvimento econômico, social, de sustentabilidade, considerando as heranças históricas da ocupação territorial através exploração agrícola de cunho pecuarista. Além de, verificar a influência que a expansão dos reflorestamentos exerceu na dinâmica da agricultura familiar da região, constituindo assim os possíveis benefícios ou prejuízos que esses elementos provocaram desenvolvimento agricultura familiar dessa região.

Por fim, o trabalho procura mostrar as perspectivas e os desafios para a agricultura familiar catarinense e na microrregião dos Campos de Lages. Faz-se, portanto, necessário observar a agricultura como um espaço dinâmico capaz de gerar perspectiva às famílias que vivem da terra, principalmente os jovens, para que eles possam dar continuidade ao trabalho desenvolvido por seus pais.

1.4 A Estruturação do trabalho

A pesquisa está distribuída em cinco capítulos, contendo no primeiro capítulo o problema de pesquisa e os objetivos. No Segundo, encontra-se o debate entre as vertentes teóricas que tratam da caracterização da agricultura familiar no Brasil e em Santa Catarina.

O terceiro capítulo caracteriza a agricultura familiar na microrregião dos Campos de Lages e analisa seus aspectos de desenvolvimento econômico, social e de sustentabilidade, levando em conta as suas características históricas.

O quarto capítulo discute as perspectivas e os desafios para agricultura familiar catarinense e da microrregião dos Campos de Lages.

Finalmente o quinto e último capítulo destaca as considerações finais do autor com as algumas possíveis conclusões viabilizadas por este trabalho.

2. CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA E CATARINENSE.

2.1 A Origem da Agricultura no Mundo e no Brasil.

Para falar sobre agricultura, em especial sobre a agricultura familiar, é importante destacar quando e como agricultura e o homem interagiram, ou seja, onde começou a relação do homem com a domesticação das plantas e dos animais. E porque não, por assim dizer, à própria domesticação do homem, uma vez que, a de plantas e animais foi passo importante para a formação da sociedade atual.

De acordo com Mazoyer; Roudart (2010), durante a pré-história no período neolítico ou da pedra lascada há cerca de dez mil anos alguns indivíduos (nômades) que sobreviviam da caça e da coleta de alimentos perceberam que alguns grãos coletados da natureza para se alimentarem poderiam ser enterrados para produzirem novas plantas iguais aquelas que as originaram. Esse processo permitiu o aumento da oferta de alimentos para esses indivíduos. Eles passaram, então, a cultivá-las umas próximas às outras para que produzissem frutos com maior produtividade do que em seu habitat natural. Assim eles evitavam as frequentes e perigosas buscas por alimentos.

Porém, devido ao fato de ser anterior ao período da escrita, tornam-se obscuros os primórdios da agricultura, mas se admite que ela tenha surgido nos vales e várzeas fluviais habitadas por antigas civilizações em diferentes lugares, de acordo com alguns historiadores elas podem ter surgido em regiões distintas, destacando:

– *o centro do oriente-próximo*, que se constitui na Síria-Palestina, e talvez mais amplamente no conjunto do crescente fértil, entre 10.000 e 9.000 anos antes do presente;

– *o centro-americano*, que estabeleceu o sul do México entre 9.000 e 4.000 anos antes da presente Era;

– *o centro chinês*, que se constituiu em princípio, há 8.500 anos no norte da China, nos terraços dos dolos siltosos (*loess*) do médio rio Amarelo, e depois completou-se estendendo-se para nordeste e sudeste, entre 8.000 e 6.000 anos antes da presente Era;

– *o centro neo-guineense*, que provavelmente teria emergido no coração da Papuásia-Nova Guiné há 10.000 anos antes da presente Era;

Dois outros centros de origem, pouco ou nada irradiante, teriam se formado igualmente na mesma época. São eles:

– *o centro sul-americano*, que deve ter se desenvolvido nos Andes peruanos ou equatorianos há mais de 6.000 anos antes da presente Era.

– *o centro norte-americano*, que se instalou na bacia do médio Mississipi entre 4.000 e 1800 anos antes da presente Era. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 101).

As principais áreas agrícolas surgiram nos vales dos rios Nilo no Egito, Tigre e Eufrates na Mesopotâmia, atual Iraque, e rios Amarelo e Azul na China. Existem registros de cultivos agrícolas em pelo menos três regiões diferentes do mundo em épocas distintas: Mesopotâmia, América central e das bacias hidrográficas da China e da Índia.

A agricultura proporcionou o surgimento de aglomerados humanos com maior densidade populacional do que no período em que sobreviviam da caça e da coleta de alimentos, porém houve um longo período em que a economia da caça e a coleta de alimentos coexistiu com a economia agrícola. Com o surgimento das primeiras formas de agricultura (domesticação de espécies vegetais) e pecuária (domesticação de animais), surgem as primeiras plantas domesticadas e entre elas já estão o trigo e a cevada. É nesse período que a utilização do fogo e de algumas ferramentas, assim como do esterco animal, passou a fazer parte do cotidiano dos indivíduos desses conglomerados, que em seguida deram origem as cidades.

No Brasil, a agricultura já era dominada pelos nativos, eles viviam basicamente no litoral e alimentavam-se de peixes e crustáceos, os restos desses deram origem aos fósseis chamados de sambaqui. Esses nativos já cultivavam mandioca, amendoim, tabaco, batata doce e milho. Já havia a extração de vegetais de babaçu ou pequi tanto para uso alimentar como seu subproduto, palha e madeira. E eles extraíam algumas frutas nativas como: jabuticaba, caju, cajá e goiaba, entre outras. Também caçavam animais existentes nas áreas próximas da Mata Atlântica.

Percebe-se que a agricultura desde seus primeiros tempos foi explorada como meio de subsistência com produção em pequena escala, tanto no mundo como em nosso país. No entanto, a partir da chegada dos europeus ao Brasil a agricultura brasileira começa seu processo de formação que a caracterizou como uma agricultura de grandes propriedades com monocultura de exportação e mão de obra escrava. Os europeus iniciaram o processo de devastação no litoral com a extração do pau-brasil para exportação, em que era usado como matéria prima para tingir tecidos. Portanto, essa extração foi a primeira atividade de monocultura produzida larga escala e exportada pelo Brasil.

Desde o início da ocupação do território brasileiro a produção agrícola é alicerçada na monocultura de exportação e essa forma de exploração prejudicou o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira.

A agricultura familiar brasileira foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira, com suas três grandes características: A grande propriedade, as monoculturas de exportação e pela escravatura. Na esteira das monoculturas, situam-se os ciclos econômicos sucessivos que correspondem à evolução do mercado internacional. A fragilidade e a dependência social e política

dos produtores do campo são reforçadas em toda parte por mentalidades forjadas pelas antigas relações do tipo senhor/escravo. (LAMARCHE, 1997, p. 179).

Assim a agricultura brasileira foi constituída, com períodos que tiveram início com a cana-de-açúcar, seguida pela pecuária expansionista, passando pelos ciclos do ouro até o período do café, chegando aos cereais, frutas e grãos, sempre com cunho exportador. Esse país continente com terras inexploradas durante milhões de anos tem sua vocação definida assim como expressou Pero Vaz de Caminha “... *em se plantando tudo dá...*”. Essa vocação se acentua no período do Estado Novo com Getúlio Vargas, quando cunha-se ao Brasil a expressão de “...*Brasil, celeiro do mundo...*”.

Observa-se, portanto, que ao longo do tempo a formação agrícola brasileira, privilegiou o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura não familiar, ou seja, considerou que “... não faria sentido promover a agricultura familiar, pois o caminho do campo só pode ser um: o da grande fazenda com assalariados...” (VEIGA, 2003, p. 125). Ainda, de acordo com Veiga (2003), o patronato agrícola buscou ao longo do tempo desqualificar a agricultura familiar justificando que nos países ricos ela era sustentada por bilhões de dólares transferidos por consumidores e contribuintes. Porém, hoje esses agricultores familiares dos países ricos dispensam os subsídios, atribuídos a eles nos últimos 70 anos, pelas sociedades mais democráticas do mundo, democracias que eles ajudaram a construir, isso ocorre simplesmente por que hoje eles obtêm renda familiar superior a 35 mil dólares ano.

2.2 A Agricultura Familiar no Brasil.

A agricultura familiar trata de um universo, não homogêneo, e sim profundamente diferenciado. É assim definida por Lamarche:

A Exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e reprodução da exploração (LAMARCHE, 1997, p. 15).

O autor destaca a importância de haver a continuidade da atividade agrícola familiar no que diz respeito ao processo sucessório. Portanto, estabelece a importância de garantir a permanência das famílias no meio rural, viabilizando a continuidade do processo de exploração da terra por seus sucessores.

O conceito de agricultura familiar é recente, ele surgiu no final da década de oitenta e começo da década de noventa do século XX. Antes se falava em pequeno produtor para designar o agricultor familiar e pequena propriedade para designar a agricultura familiar. Mas em linhas gerais a agricultura familiar tem duas características preponderantes: gestão ou administração familiar e trabalho predominantemente familiar. Ao comparar a agricultura familiar com a agricultura não familiar, que são as grandes propriedades agrícolas, percebe-se que a primeira se destaca por preservar melhor o meio ambiente, ser mais produtivas e economicamente mais viáveis. Portanto, “...a agricultura familiar proporciona uma configuração mais harmoniosa e adequada entre a sociedade, o homem e o meio ambiente, melhor qualidade de emprego, valorização da cultura e desenvolvimento da economia local...” (REVISTA PRONAF/SC, 2002, p. 11).

O primeiro passo dado pelo Estado Brasileiro em prol de reconhecimento à importância da agricultura familiar é dado em 28 de julho de 1996 quando é desenvolvido o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Criado através do decreto 1946/96 pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. O PRONAF nasce “com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (REVISTA PRONAF/SC, 2002, p. 11). Foi, portanto, apenas nos últimos 15 anos de sua história que o Brasil mudou a postura política, de tratamento para com a agricultura familiar.

A agricultura familiar brasileira é formada por 4.367.902 de estabelecimentos, que ocupam uma área de 80.250.453 de hectares, empregam 12.322.225 trabalhadores e gera uma riqueza de R\$ 54.4 bilhões de reais. Ela contribui com 37,80% do PIB agrícola e 2% do PIB total do País, de acordo Censo Agropecuário do IBGE 2006. A agricultura familiar brasileira teve uma segunda contribuição do Estado para auxiliar no seu desenvolvimento e fortalecimento econômico: foi o reconhecimento da agricultura familiar enquanto atividade produtiva em 24 de julho de 2006 pela lei federal 11.326 assinada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Essa lei estabeleceu que se considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele ou aquela que pratica atividade no meio rural atendendo simultaneamente alguns requisitos que são:

- Não deter área maior que 4 (quatro) módulos fiscais, sendo que os módulos variam de tamanho de acordo com cada região do País;
- Utilize predominantemente mão de obra da própria família, nas atividades econômicas de seu estabelecimento ou empreendimento;

- Tenha a renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento rural;
 - Dirija este estabelecimento ou empreendimento em parceria com sua família.
- (SOUZA et al, 2006, p. 12)

É, então, a partir do reconhecimento do Estado quanto à importância econômica desse tipo de atividade que este trabalho expõe as características, o perfil e as condições da agricultura familiar no Brasil. Por isso, ela será apresentada separadamente entre as cinco regiões geográficas Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul.

2.2.1 A Agricultura Familiar na Região Norte

A Região Norte do Brasil é formada pelo Bioma da Amazônia e uma pequena porção do Bioma do Cerrado e contém os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins. Nessa região a agricultura familiar é formada de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE 2006 por 413.101 mil estabelecimentos agrícolas. Esses somam 9,45% do total de estabelecimentos familiares do Brasil, a área ocupada é de 16.647.328 de hectares, 20,77% da área agrícola familiar brasileira, empregam 1.384.089 de trabalhadores que contribuem para formação da riqueza de 4,07 bilhões de reais, ou seja, 7,5% do valor da produção.

Conforme destaca Homma (2006), a agricultura familiar na região geográfica Norte apresenta características inerentes ao seu bioma, que decorrem do grau de riqueza da vegetação, da pobreza da maioria dos solos, do clima, dos recursos hídricos e minerais. Isso influenciou tanto a natureza como a dinâmica da agricultura familiar ao longo do tempo, pois a agricultura familiar é entendida pelo complexo de atividades que envolvem a roça, a prática de extrativos vegetais e a criação animal. Além disso, os agricultores familiares do norte brasileiro constituem um universo heterogêneo provocado pela dimensão geográfica da região, devido a sua formação histórica e da dotação de recursos naturais específicos da localidade.

Ainda, de acordo com o pensamento do autor, existem muitas diferenças entre as diversas formas de exploração desses recursos, pois os ribeirinhos da foz do Rio Amazonas que se dedicam a coleta de frutos, são diferentes dos ribeirinhos do Baixo Amazonas, que combinam pesca com agricultura de várzea e pequena pecuária. Eles também são diferentes dos moradores ribeirinhos do Rio Solimões e dos agricultores familiares do sudeste paraense, que se dedicam a pecuária leiteira. E ainda são diferentes dos seringueiros e castanheiros do Acre,

dos coletores de coco babaçu das antigas áreas de ocupação do nordeste paraense, dos colonos de Rondônia, da transamazônica, no trecho paraense, entre outros.

Portanto, a agricultura familiar do Norte possui um ponto conflitante, que é gerar riqueza sem destruir a floresta. Alguns agricultores familiares da região desenvolvem sistemas agro florestais, organizam-se em cooperativa, implantam agroindústrias, adaptam e criam tecnologias, ou seja, usam da terra para fins agrícolas, outros preferem conviver de forma harmônica com a floresta aguardando para coletar seus frutos. Vale destacar que este trabalho vem tratando apenas da agricultura familiar, considerando as demais formas de produção apenas como não familiar, por isso é importante observar que na região Norte do País vivem 206 mil índios que representam 61% da população indígena brasileira e ali ocupam 20,67% da área territorial Norte.

2.2.2 A Agricultura Familiar na Região Nordeste

A região geográfica do Nordeste é formada pelos biomas da Caatinga, parte do Bioma do Cerrado e parte do Bioma de Mata Atlântica e contém os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. A agricultura familiar desta região é composta de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE 2006 por 2.187.295 de estabelecimentos. Esses estabelecimentos somam 50,5% do total de estabelecimentos agrícolas familiar, ocupam a área de 28.332.599 de hectares 35,30% da área agrícola familiar brasileira, empregam 6.365.483 de trabalhadores rurais, ou seja, mais de 50% dos estabelecimentos e dos trabalhadores rurais familiares brasileiros estão na região geográfica nordestina. Esse setor econômico produz uma riqueza de 14.4 bilhões de reais por ano, 26,44% do valor da produção agrícola familiar brasileira.

A agricultura familiar da Região Nordeste conhecida como a região da caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro, de acordo com os autores Silva, Filho (2006) se destaca pelos sistemas de produção de caprinos e ovinos considerados menos vulneráveis aos efeitos de um ambiente semi árido não favorável. O nordeste é responsável por 93% efetivo caprino e 48% do efetivo ovino brasileiro, esse rebanho representa a principal forma de poupança disponível aos agricultores familiares, que se constitui em fator de segurança indispensável à sobrevivência da população local. Porém, apesar da grande concentração agropecuária de caprinos e ovinos, esses níveis de produtividade não satisfazem a demanda que tem um déficit de 12 mil toneladas ano de carne e 4,5 milhões de peles por ano para a indústria de curtumes.

A agricultura familiar dessa região, por ser desprovida de recursos naturais, técnicos e de gestão, torna-se dependente da participação do Estado com iniciativas como a que desenvolveu a Embrapa do Semi Árido que disponibilizou para os agricultores familiares das bacias leiteiras da zona do agreste de Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Um sistema para pequenos produtores com base no plantio consorciado de lavouras de ciclo curto com leguminosas de alto valor forrageiro e nitrificante, que permitiu elevar a produção de leite de 3 para 8, 10 litros por vaca e ainda reduziu o custo da produção em 40%.

Ainda de acordo com os autores, a agricultura familiar nordestina é mais acentuada que nas demais regiões do País, pois ela se caracteriza como uma forma de produção em que os critérios utilizados para orientar as decisões relativas à exploração não são vistas apenas pela lógica produtiva e da rentabilidade econômica. Ou seja, esses fatores estão intimamente ligados aos objetivos de mercado e subsistência. A estrutura fundiária nordestina é fator de principal relevância para a baixa eficiência dos sistemas produtivos da agricultura familiar marcada pelas origens coloniais de grandes propriedades, com cultivo de monocultura de exportação e mão de obra escrava. Por isso, o tamanho médio dos estabelecimentos agrícolas de cunho familiar é de 16,6 ha, muito reduzido se considerarmos a relativa desvantagem dos demais fatores produtivos. Essa situação se agrava quando observamos a distribuição fundiária, pois quase 60% dos estabelecimentos possuem áreas inferiores a 5 ha e mais de 80% não alcançam 20 ha e apenas 3,4% dos estabelecimentos de base familiar apresentam área superior a 100 ha.

Portanto, a baixa renda produzida pelos trabalhadores da agricultura familiar na região Nordeste e norte do Brasil e ainda a grande adversidade encontrada por eles, remete-nos a seguinte reflexão: os baixos níveis de renda contribuem para manutenção da pobreza e reduzem os índices de desenvolvimento econômico e social:

Para reduzir a pobreza extrema, que chega até a fome e, às vezes, à primeira penúria é à morte, não basta tratar dos sintomas mais alarmantes desses males, é preciso combater suas causas profundas e, para isso, é preciso apelar para outras análises e outros meios. Para começar, é preciso levar em consideração o fato essencial de que *aproximadamente três quartos dos indivíduos subnutridos do mundo pertencem ao meio rural*. Homens do campo pobres, dentre os quais encontramos majoritariamente, camponeses particularmente mal equipados, instalados em regiões desfavoráveis e em situação difícil, assim como trabalhadores agrícolas, artesãos e comerciantes que vivem em contato com eles e que são tão pobres quanto eles. Quanto aos outros subnutridos muitos são ex-camponeses recentemente forçados pela miséria a irem para os campos de refugiados ou periferias urbanas subequipadas e subindustrializadas, nas quais eles ainda não puderam encontrar meios de subsistência satisfatórios. E como um número de pobres famintos dos campos não diminui em nada, mesmo que ele caia anualmente em muitas dezenas de milhões de pessoas em virtude do êxodo rural, é preciso deduzir daí que um número mais ou

menos igual de novos pobres famintos forma-se todo ano nos campos. A maioria das pessoas que tem fome no mundo não é, portanto, de consumidores urbanos compradores de alimentos, mas de camponeses produtores e vendedores agrícolas. E seu número elevado não é uma simples herança do passado, mas resultado de um processo, bem atual, de empobrecimento extremo de centenas de milhões de camponeses sem recursos. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 101)

Por isso, é importante a participação do Estado para fortalecimento desses agricultores familiares, pois segundo autor três quartos das pessoas subnutridas estão no campo, isso significa algo em torno de 750 milhões de pessoas no mundo.

Além disso, como destaca Silva, Filho (2006), a região geográfica do Nordeste detém uma superfície agrícola útil limitada, poucas e irregulares chuvas, solos rasos e de baixa fertilidade, que são características do ambiente natural do semi árido, baixa aplicação de recursos tecnológicos, inadequada prática de manejo, falta de políticas públicas de apoio principalmente em termos de crédito e assistência técnica, baixo nível de capacitação técnica e gerencial do produtor e o frágil índice de organização e cooperação entre esses produtores. Tudo isso contribui para uma agricultura familiar diferenciada com inúmeros obstáculos e desafios que entram o seu fortalecimento e desenvolvimento econômico. Desta forma, a agricultura familiar nordestina se constitui em agricultura de subsistência.

2.2.3 A Agricultura Familiar na Região Centro Oeste

A região geográfica do Centro Oeste é formada pelos Biomas do Pantanal, pelo Bioma do Cerrado e uma pequena parte do Bioma da Mata Atlântica e contém os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal. A agricultura familiar desta região, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE 2006, é constituída por 217.531 estabelecimentos, que somam 5% do total de estabelecimentos agrícolas familiar do Brasil, ocupa uma área de 9.414.915 de hectares que são 15,93% da área agrícola familiar brasileira. A agricultura familiar da região Centro Oeste emprega 532.009 pessoas que juntas formam a riqueza anual de 2,7 bilhões de reais 4,95% do valor da produção agrícola familiar brasileira, portanto a agricultura familiar da região Centro Oeste tem o menor número de estabelecimentos, a menor área, o menor número de pessoas ocupadas. Consequentemente, produz o menor valor da riqueza em comparação com as demais regiões, isso se comparada com as demais regiões estudadas 2,6 bilhões de reais.

Segundo Guanzirolí et al. (2001) essa é a região do Brasil que registra a menor presença da agricultura familiar, pois o papel desempenhado por estes na ocupação deste vasto

território e na estruturação da economia da região foi pequeno. Pode-se afirmar que os agricultores familiares desta região vieram principalmente da região Sul e da região Nordeste brasileira. Esses agricultores foram os verdadeiros desbravadores da região Centro Oeste e deram impulso para que esta região se transformasse no principal pólo graneleiro do País. Coincidência ou não, esses agricultores familiares são oriundos das regiões em que a agricultura familiar é mais desenvolvida e onde esta o maior número de agricultores familiares do Brasil respectivamente.

Ainda de acordo com o autor, a dinâmica de ocupação da região pelos agricultores familiares é clássica como descreveram inúmeros autores que estudaram o movimento das fronteiras brasileiras como “frentes pioneiras ou de subsistência”. Esses agricultores ocupavam áreas virgens, as desmatavam para cultivo de alimentos básicos como arroz, feijão, milho e mandioca. A partir do momento em que a terra vai perdendo a fertilidade outros agricultores se apropriam delas e novas terras vão sendo apropriadas pelos agricultores familiares, expandindo assim a fronteira.

De acordo com Silva, Filho (2006), durante anos a região Centro Oeste foi considerada área marginal para a agricultura, até o final da década de 1960, onde sua produção baseava-se na criação extensiva de gado e lavoura de arroz com baixa tecnologia, produção de carvão vegetal e extração de madeira. Após 1970 o governo federal criou ações visando o desenvolvimento sustentável do cerrado e foi aí que surgiu a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1973. Em 1975 um intensivo programa de pesquisa e desenvolvimento foi iniciado buscando tecnologias para controlar fatores limitantes a exploração agropecuária. Como resultado, ao longo dos últimos 30 anos de pesquisa, existe hoje na região 50 milhões de hectares de pastagens cultivadas, 30 milhões de hectares de pastagens nativas, 13,5 milhões de hectares de culturas anuais e mais de 2 milhões de hectares de culturas perenes e florestais.

Ainda de acordo com o autor, apesar da grande participação do agronegócio na região geográfica do Centro Oeste brasileiro, como já frisado, a participação da agricultura familiar é pequena e característica dos estados que compõem a agricultura familiar da região é bastante diversificada. No Distrito Federal predominam Estabelecimentos com menos de 5 ha (29,2%) e nos estados de Goiás e Mato Grosso ocorre à predominância de estabelecimentos com mais de 100 ha com 25,5% e 25,4% respectivamente. Por isso, as áreas médias ocupadas pelos agricultores familiares na região Centro Oeste são maiores que as registradas nas outras regiões geográficas, com exceção da região Norte.

2.2.4 A Agricultura Familiar na Região Sudeste

A região geográfica do sudeste é formada pelo bioma da Mata Atlântica e uma pequena porção do Bioma do Cerrado e contém os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Nessa região a agricultura familiar possui, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE 2006, 699.978 estabelecimentos. 16,02% dos estabelecimentos agrícolas familiar do Brasil ocupam uma área total de 12.789.019 de hectares, 15,93% da área agrícola familiar brasileira. Eles são responsáveis pela ocupação de 1.799.346 de pessoas. 14,60% delas estão ocupadas nos estabelecimentos agrícolas familiares. Elas contribuem para formação da riqueza total de 11.7 bilhões de reais que são 21,49% do valor da produção agrícola familiar.

A região sudeste iniciou sua ocupação no século XVI, mas antes disso foi extraída da região a floresta nativa de pau-brasil, primeira atividade econômica brasileira, também considerada a primeira agressão ao meio ambiente. A região sudeste reservando, então, as características de estar assentada no sistema de doação de terra das sesmarias, com a monocultura de cana de açúcar e com emprego da mão de obra escrava, imprime uma formação agrícola com grandes propriedades. Por isso, a agricultura familiar na região sudeste é menor que a agricultura não familiar, mas o grande número de estabelecimentos de agricultores familiares lhe garantem “...o status de setor social com maior importância demográfica na ocupação dos principais biomas do sudeste, de formas distintas...” (SILVEIRA; FERRAZ, 2006, p. 195).

Percebe-se de acordo com Guanzirolí et al. (2001) que a agricultura familiar na região sudeste tem peso reduzido, mas não se pode menosprezar a sua contribuição que apresenta níveis elevados de capitalização e dinamismo. Mesmo se observando disparidade na agricultura familiar praticada no vale do Jequitinhonha ou do nordeste de Minas Gerais com relação aos viticultores de Jales, dos horticultores de campos, ou ainda dos cafeicultores do Espírito Santo e dos sistemas hortícolas e frutícolas de algumas regiões paulistas, por isso, é difícil elaborar uma tipologia completa dos produtores rurais desta região.

Ainda de acordo com Guanzirolí et al. (2001), ao contrário das demais regiões onde a dinâmica da agricultura familiar é diversificada e segue um padrão que pode ser generalizado pela ocupação da fronteira, pela migração, etc. Na região sudeste as histórias são tão particulares que se torna impossível através delas se formar um padrão comum. Mas é possível identificar que no sudeste a dinâmica agricultura familiar foi intimamente ligada ao movimento da agricultura patronal através da cultura do café, algodão, cana de açúcar e das

fazendas de gado de Minas. Diferente do ocorrido na região geográfica do sul do Brasil, como se verá mais a frente, onde a agricultura familiar constituiu o seu próprio segmento, autônomo. A agricultura familiar do sudeste teve sua dinâmica vinculada às grandes fazendas submetidas aos movimentos de expansão e crise que afetam as atividades exploradas pela grande propriedade rural.

Já para os autores Silveira, Ferraz (2006) a região geográfica do sudeste ocupa uma área conhecida como Savana, que recebe o nome regional de Cerrado. Esta vegetação apresenta baixa fertilidade natural de seus solos, por isso durante anos explorou a produção extensiva de gado de corte para subsistência e o excedente era vendido para o mercado local. Com o passar dos anos foram implantados vários programas públicos com subsídios oferecidos pelo governo que estimularam o crescimento da região. Desta forma, foi favorecido o estabelecimento de grandes fazendas e melhorias tecnológicas para a agricultura que teve como resultado o aumento na produção agropecuária.

2.2.5 A Agricultura Familiar na Região Sul

A região geográfica do sul do Brasil é formada pelo bioma de Mata Atlântica e o Bioma do Pampa e contém os estados do Paraná, Santa Catarina e o Rio grande do sul. A agricultura familiar dessa região, de acordo com o Censo Agropecuário IBGE 2006, é composta por 849.997 estabelecimentos. 19,43% desses, ocupam área de 13.066.591 de hectares, 16,28% da área agrícola familiar do Brasil. A região Sul emprega 2.241.298 de pessoas, 18,19% das pessoas empregadas pela agricultura familiar. Elas contribuem para a formação da riqueza total de 21.5 bilhões de reais que são 39,62% do valor bruto da riqueza gerada pela agricultura familiar brasileira.

A agricultura familiar na região Sul do Brasil, segundo Guanzirolí et al. (2001), é conhecida nacionalmente pelo peso social, econômico, político, cultural e por seu desenvolvimento. À associação entre a agricultura familiar, o acesso à terra, perfil da distribuição de renda, além dos melhores índices de desenvolvimento humano em relação às outras regiões geográficas do País são atribuídos: a diversificação da agricultura, a combinação das rendas não agrícolas e agrícolas e a busca pela qualificação e novas alternativas. Podemos, também, atribuir ao sucesso da agricultura familiar na região geográfica do Sul do Brasil ao seu padrão de ocupação territorial com cidades de pequeno e médio porte que oferecem boas condições de vida e oportunidades para sua população. A

constatação de altos índices de qualidade de vida da na região sul do Brasil é consequência da presença e dinamismo da agricultura familiar.

Ainda de acordo com o autor ao analisar o perfil da agricultura familiar no sul do Brasil, percebe-se um grande potencial para continuar contribuindo com o desenvolvimento da região. Mas, para que isso continue acontecendo é preciso reconhecer o seu papel na tomada de decisões e ainda é preciso remover alguns obstáculos que nos últimos decênios impediram a sua expansão.

Por isso, de acordo com o autor, ao se comparar, na região sul, a agricultura familiar, com a não familiar, percebe-se a superioridade na produção de valor por hectare da agricultura familiar: R\$ 1.648,45, contra R\$ 700,13 da agricultura não familiar, conforme o Censo Agropecuário do IBGE 2006. Portanto, a produção em valor por hectare da agricultura familiar é 2,34 vezes maior do que a produção em valor da agrícola não familiar. O número de pessoas empregadas na agricultura familiar é de 2.241.298 enquanto o número de pessoas ocupadas na agricultura não familiar é de 679.122 pessoas. Essa região se destaca pelo cultivo de leite, ovos, aves, suínos, milho, feijão, mandioca, arroz, bicho de seda e tabaco.

A estrutura fundiária da região geográfica do sul do Brasil é constituída por pequenas unidades de produção familiar, de acordo com Hoeflich (2006), ocupam apenas 3,96% das áreas agrícolas brasileiras, mas essas pequenas unidades de produção agrícola familiar através do uso da terra, emprego da mão de obra e diversificação da produção. Tornam-se “...um dos segmentos sociais mais importantes no processo de desenvolvimento do País...”. (HOEFLICH, 2006, p. 235). Pois do ponto de vista social, a agricultura familiar é a maior responsável pela permanência do homem no campo por empregar todos os membros da família. No aspecto econômico é a responsável pela maior parte dos alimentos consumidos pela população enquanto que no político, é fundamental para a governabilidade uma vez que indivíduos urbanos podem custar de 11 a 22 vezes mais para o poder público do que aqueles vivem no meio rural. Já do ponto de vista cultural, a agricultura familiar abriga enorme diversidade encontrada nas suas origens, costumes, formas de trabalho e no saber acumulado ao longo do tempo pelos agricultores.

A melhor definição para a agricultura familiar da região geográfica do sul do Brasil diz que ela é “muito forte”. Ainda de acordo com o autor ela ocupa 81,62% dos estabelecimentos agrícolas da região sul do Brasil, 19,46% dos estabelecimentos agrícolas familiares do Brasil. Ocupa 45,91% da área agrícola total da região sul e 16,28% da área total agrícola familiar brasileira. No entanto é responsável pela produção de 39,91% do valor bruto da produção agrícola familiar do Brasil, estabelecendo uma média de R\$ 9.610,33 de renda bruta anual por

estabelecimentos e uma média de R\$ 1648,45 de renda bruta por hectare, de acordo com os dados extraídos do Censo Agropecuário do IBGE 2006. Esses são os maiores números que agricultura familiar produz no Brasil, é certamente por isso que a região geográfica do sul do Brasil apresenta os maiores índices de desenvolvimento humano do país.

2.3 A Agricultura Familiar em Santa Catarina.

A agricultura familiar catarinense como mostra da tabela 1, é formada por 168.544 estabelecimentos agrícolas. Eles ocupam 2.645.088 de hectares, empregam 468.892 pessoas. A produção agrícola familiar em Santa Catarina produz 5,67 bilhões de reais.

TABELA 1: Santa Catarina, N ° Estabelecimentos, Área, Pessoas Ocupadas e Valor Bruto da Produção Agrícola Familiar e VBP/PO -VBP/ha - VBP/EST.

Local	A Agricultura Familiar Em Santa Catarina						
	Nº de Est.	Área (mil ha)	PO	VBP (mil R\$)	VBP/PO	VBP/ha	VBP/Est.
Santa Catarina	168.544	2.645.088	468.892	5.677.588	12108,52	2146,46	33686,09
Oeste Catarinense	73.476	1.183.213	209.794	2.932.657	13978,75	2478,55	39913,13
Norte Catarinense	20.321	294.840	54.943	544.526	9910,74	1846,85	26796,22
Região Serrana	16.043	323.485	40.333	265.922	6593,16	822,05	16575,58
Grande Florianópolis	9.750	382.131	72.537	756.625	10430,88	1980,01	77602,56
Sul Catarinense	24.005	139.734	25.263	285.984	11320,27	2046,63	11913,52
Vale do Itajaí	24.909	382.131	66.022	891.874	13508,74	2333,95	35805,29

FONTE – Censo Agropecuário 2006 – IBGE (PO=Pessoas Ocupadas, VBP=Valor Bruto da Produção)
Elaborado Pelo Autor

O Estado de Santa Catarina está dividido em seis mesorregiões geográficas que são: a região Oeste Catarinense, Norte Catarinense, Região Serrana, Grande Florianópolis, Sul Catarinense e Vale do Itajaí.

Dentre essas regiões, a região do Oeste Catarinense apresenta o melhor desempenho da agricultura familiar catarinense, como se percebe através da tabela 1. Os 73.476 estabelecimentos agrícolas ocupam uma área total de 1.183.213 de hectares, empregam 209.794 pessoas e produzem o valor bruto de 2,9 bilhões de reais. Portanto, através da tabela 1 observa-se que a agricultura familiar da região oeste catarinense contém 43,59% dos estabelecimentos agrícolas de produção familiar do estado, ocupa 44,73% da área agrícola familiar e emprega 44,74% da mão de obra empregada nas propriedades cuja produção é familiar. Ela produz 51,65% do valor bruto produzido em Santa Catarina pela agricultura familiar. Portanto, esses números constatarem a forte e importante participação da agricultura

familiar da mesorregião oeste catarinense na composição dos números da agricultura familiar catarinense.

As outras cinco mesorregiões geográficas de Santa Catarina juntas ocupam 56,41% dos estabelecimentos agrícolas familiares, esses ocupam 55,27% da área agrícola familiar do Estado e empregam 55,26% da mão de obra. As cinco regiões produzem juntas os outros 48,35% do valor bruto produzido pela agricultura familiar catarinense. A tabela 1 mostra que a região Serrana é a região em que a agricultura familiar produz o menor valor bruto por hectare.

Santa Catarina tem a seu favor a diversidade do clima que oscila do mais frio ao mais quente com temperaturas que chegam a menos cinco graus Celsius no inverno, na serra, e no verão podem ir bem próximas dos quarenta graus Celsius, no litoral. Além disso, o Estado tem a seu favor a sua estrutura fundiária, a etnia, os solos e a topografia. Tudo isso permitiu à agricultura familiar do Estado, grande destaque na produção de itens voltados para o consumo das populações urbanas. De acordo com dados extraídos da Secretaria de Estado e Planejamento, Santa Catarina é o quarto maior produtor de alho e o maior produtor de alhos nobres, é também o maior produtor de cebola, o sétimo maior produtor de batata inglesa, sexto maior produtor de feijão, sétimo maior produtor de milho, décimo maior produtor de soja, oitavo maior produtor de tomate, terceiro maior produtor de trigo e maior produtor de maçã do País.

Essa produção de alimentos básicos é sustentada por produtores familiares, pois devido ao fato da existência de políticas que protegem os consumidores, os grandes produtores se afastam dessas culturas destinadas ao consumo popular. Por isso, são os agricultores familiares os responsáveis pela principal parcela dos produtos da dieta básica da população.

Santa Catarina, de acordo com Revista PRONAF/SC (2002, p. 07), é um dos Estados mais privilegiados do Brasil, pois possui um patrimônio natural riquíssimo, diversificado e uma estrutura fundiária que, ao contrário da maior parte dos estados do Brasil, não priorizou a grande fazenda e sim o fortalecimento dos pequenos produtores. Por isso, sua agricultura é caracterizada pelo predomínio do modo de produção agrícola familiar. Desta forma, Santa Catarina, do ponto de vista agrícola, se destaca pelos resultados atribuídos a sua agricultura familiar. E é exatamente por isso que o Estado está entre os seis maiores produtores de alimentos do Brasil, possui altos índices de produtividade por área, graças à capacidade de trabalho, inovação e emprego de tecnologias adequadas efetuadas por seus agricultores familiares.

Estado de Santa Catarina, ainda de acordo com Revista PRONAF/SC (2002) detém outro rico e importante patrimônio que são as diversas comunidades de imigrantes que o colonizaram. Esses imigrantes, a maioria de origem européia - alemães, portugueses e italianos - trouxeram para o estado de Santa Catarina a sua rica capacidade empreendedora com alto grau de conhecimento. Tudo isso se expressa na grande variedade da produção agrícola hoje existente, cultivada por agricultores familiares cuja identidade e valores se compartilham. Esses agricultores, descendentes de imigrantes, constituíram em Santa Catarina um espaço onde a integração, a cooperação e a competição proporcionaram um ambiente fértil para o desenvolvimento.

3. A AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DOS CAMPOS DE LAGES

3.1 Formação Histórica da região dos Campos de Lages

Assim como o Brasil está dividido em cinco regiões geográficas, o Estado de Santa Catarina se parte em seis mesorregiões geográficas subdivididas em vinte microrregiões geográficas, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE 2010.

O foco deste capítulo é discutir a realidade socioeconômica da região de Lages dando ênfase à importância da agricultura familiar na economia da região. A região de Lages está inserida na mesorregião Serrana. A divisão territorial de Santa Catarina em microrregiões ocorreu de acordo com Carla Silva (2007), durante o governo Colombo Machado Salles (1971-1974) através da implantação do Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD), cujo objetivo era integralizar as regiões mais isoladas do Estado, descentralizando as políticas econômicas. Por isso, em 1970 Santa Catarina foi dividida em 13 microrregiões. Esta forma de divisão territorial é usada tanto para fins didáticos quanto estatísticos e compreende o agrupamento de municípios que apresentam características naturais e socioeconômicas semelhantes entre si.

A região de Lages, de acordo Búrigo (2008), foi colonizada por descendentes italianos vindos do Rio Grande de Sul na segunda metade do século XVIII quando serviu de ponto de parada para os tropeiros. Esses tropeiros levavam tropas de mulas e de gado do Rio Grande do Sul até as feiras de Sorocaba em São Paulo. A região também serviu de ponto de parada para os bandeirantes paulistas que faziam o caminho inverso em busca de gado para servir de alimento e de mulas para serem usadas como meio de transporte na expansão da mineração no Estado de Minas Gerais. A abundância de campos nativos possibilitou que a região de Lages se transformasse num centro de produção da pecuária. Lages, o principal município da região até 1771 foi considerado um povoado da província de São Paulo. E, somente em 1820 passou a categoria de vila de Santa Catarina. Desta forma, a colonização desta região estimulou a criação de uma estrutura agropecuária com médias e grandes propriedades.

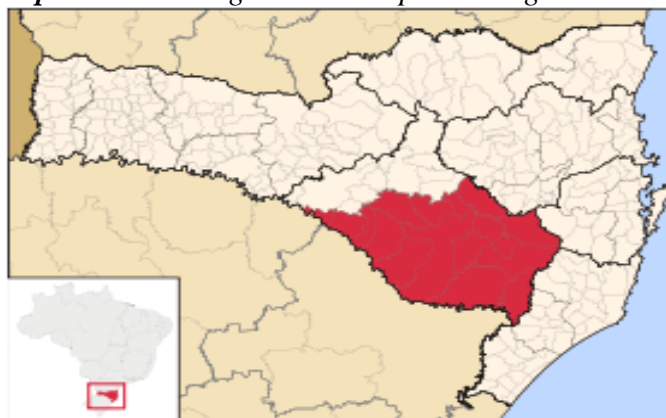
A economia da região de Lages de acordo com Goularti Filho (2007) se estabelece sobre o desempenho da pecuária até 1940. E, a partir daí, devido à forte expansão do setor madeireiro passa por uma sobreposição de ciclos da pecuária e da madeira, sendo que nas décadas de 1950 e 1960, a madeira se destacou mais que a pecuária. Essa exploração se viabilizou devido à vinda de madeireiros gaúchos que se instalaram na região. Nesse período

a região torna-se uma das principais produtoras e fornecedora de madeira para construção civil dos grandes centros do País, em especial, Brasília. A região produz nesse período o maior PIB do Estado, chegando a responder ainda de acordo com Goularti Filho (2007) por 12% da arrecadação do ICM em Santa Catarina. Em 1960, auge econômico da região devido ao ciclo da madeira, Lages chegou a 120.821 habitantes tornando-se o maior município catarinense (único no Estado com mais de 100.000). Devido ao ciclo da madeira a população residente total de Lages cresceu em 10 anos 56,4% (de 1950 a 1960). Nessa década sua população foi 80,9% maior que a de Blumenau, 73,4% maior que a de Joinville e 23,5% maior que a de Florianópolis.

Nos anos seguintes após 1960, ainda de acordo Goularti Filho (2007), com o fim do chamado período do “Milagre econômico” provocado pelo ciclo da madeira, a região entra em decadência devido ao esgotamento das reservas de madeira e das restrições impostas pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). E, ainda em razão do não reflorestamento, a região nunca mais encontrou uma diversificação econômica capaz de manter e expandir a renda regional. Nos anos de 1990, devido aos investimentos externos que levaram para Lages empresas como Brahma, Alcoa, Perdigão, Parmalat e Karsten. Criou-se a expectativa da chegada de um novo “milagre”, o que não aconteceu.

A região de Lages é a mais centralizada geograficamente do Estado de Santa Catarina como pode ser visto no mapa 1, sendo formada pelos Municípios de: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Capão Alto, Campo Belo do Sul, Celso Ramos, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema.

Mapa 1: Microrregião dos campos de Lages



Fonte: WIKIPÉDIA

Essa microrregião, de acordo com o Censo Populacional IBGE 2010, tem Lages como maior município em população com 156.737 habitantes, maior município em área territorial 2.644,313 km², maior economia com um PIB de 2.36 bilhões de reais, de acordo com PIB dos Municípios IBGE 2008. Convém salientar que Lages é o mais antigo município desta microrregião sua fundação data de 22 de novembro de 1766.

Em seguida, ainda de acordo com Censo Populacional IBGE, surge São Joaquim, fundado em 07 de maio de 1887 que foi o primeiro município a se desmembrar do município de Lages. Bom Retiro, fundado em 14 de janeiro de 1923 também surge após o desmembramento de suas terras dos municípios de Lages e de Palhoça. Urubici, fundado em 06 de dezembro de 1956, teve suas terras desmembradas do município de São Joaquim. Anita Garibaldi, fundado em 17 de julho de 1961, teve suas terras desmembradas do município de Lages. Cerro Negro, fundado em 26 de setembro de 1961 teve suas terras desmembradas do município de Lages. Campo Belo do Sul, fundado em 03 de dezembro de 1961 teve suas terras desmembradas do município Lages. São José do Cerrito, fundado 07 de dezembro de 1961 também teve suas terras desmembradas do município de Lages.

Já Bom jardim da Serra, fundado em 29 de janeiro de 1967, teve sua formação histórica e ocupacional a partir do caminho das tropas que desciam a serra em direção ao litoral levando charque, couro, queijo e pinhão, para trocar por sal, açúcar, farinha e tecidos. Otacílio Costa e Correia Pinto foram fundados no mesmo dia, 10 de maio de 1982, e também tiveram suas terras desmembradas do município de Lages. Urupema, fundado em 04 de janeiro de 1988 teve suas terras desmembradas do município de São Joaquim. Celso Ramos, fundado em 26 de abril de 1988 foi desmembrado juntamente com Anita Garibaldi do município de Lages, sendo que em seguida tornou-se município, quando suas terras foram desmembradas do município de Anita Garibaldi. Rio Rufino, fundado em 12 de dezembro de 1991 teve suas terras desmembradas do município de Lages. Bocaina do Sul, fundada em 16 de julho de 1994 teve suas terras desmembradas do município de Lages. Paineira, fundado em 07 de agosto de 1994 teve suas terras desmembradas do município de Lages. Capão Alto, fundado em 29 de setembro de 1994 teve suas terras desmembradas do município de Lages. Palmeira, o último dos municípios emancipado desta microrregião teve suas terras desmembradas do município de Otacílio Costa em 18 de agosto de 1995. Assim a microrregião dos campos de Lages se estabeleceu na forma atual com dezoito municípios.

3.2 População Residente Urbana, Rural e Total

Em 1940, como se observa na tabela 2 abaixo, a população total da microrregião dos Campos de Lages era de 101.231 habitantes, sendo 85,2% rural e 14,8% urbana. A região era formada pelos municípios de Lages, São Joaquim e Bom Retiro. Em 1950 eram 122.024 habitantes 80,72% rural e 19,28% urbana. Em 1960 eram 172.199 habitantes 69,59% rural e 20,41% urbana. Surge então o quarto município: Urubici. Em 1970 eram 229.524 habitantes 50,91% rural e 48,09% urbana, acrescentam-se mais quatro municípios a microrregião, Anita Garibaldi, Bom Jardim Da Serra, Campo Belo do Sul e São José do Cerrito. Em 1980 eram 248.275 habitantes 37,43% rural e 62,57% urbana. A partir desta década a população urbana passa a ser maior do que a população rural. Em 1991 eram 269.468 habitantes 26,03% rural e 73,97% urbana, acrescentam-se mais quatro municípios a microrregião, Correia Pinto, Otacílio Costa, Celso Ramos e Urupema. Em 2010 somou 284.169 habitantes 17,96% rural e 84,04% urbana, acrescentam-se mais seis municípios a região, Rio Rufino, Cerro Negro, Paineira, Palmeira, Capão Alto e Bocaina do sul.

TABELA 2: Evolução População Residente Urbana, Rural e Total na Região Dos Campos de Lages (1940-2010)

Área	Número Habitante							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Rural	86.264	98.499	119.828	116.848	92.917	70.139	59.800	51.034
Urbana	14.967	23.525	52.371	112.676	155.358	199.329	225.152	233.135
TOTAL	101.231	122.024	172.199	229.524	248.275	269.468	284.952	284.169

Fonte: População Urbana e Rural, Total: instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA)

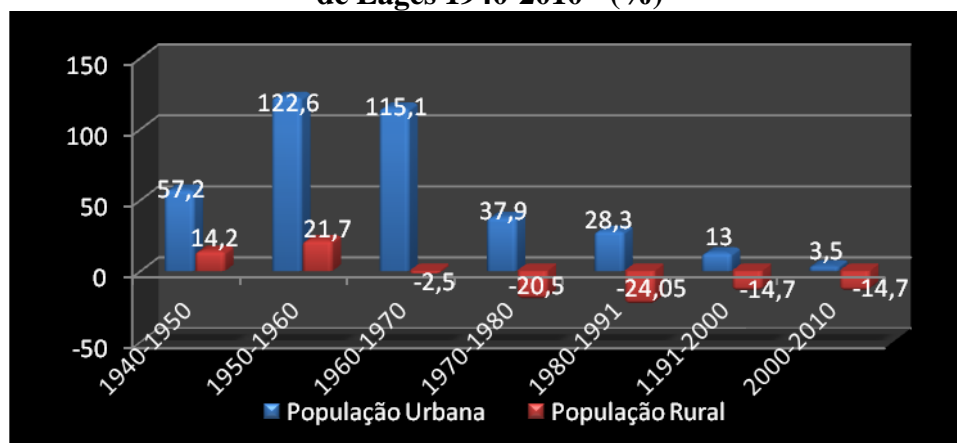
Analisando-se a dinâmica da população residente rural, urbana e total da microrregião dos Campos de Lages nas últimas quatro décadas nota-se que ela apresenta pequeno crescimento no número de habitantes em comparação com as três primeiras décadas, sendo que a partir de 1970 a população rural apresenta quedas contínuas. No ano de 2010 a maior parte da população da região se concentra na área urbana com 233.135 habitantes, 82% da população total.

Entre as razões do pequeno aumento da população da microrregião dos Campos de Lages a partir de 1970, conforme destaca Goularti Filho (2007), estão o esgotamento das reservas de araucárias e sua não reposição. Durante as décadas de 1950 e 1960 a região viveu o auge da indústria madeireira, mas em virtude das duas razões acima apresentadas houve escassez de matéria prima para a indústria madeireira, que a partir de 1970 entra em decadência. Por isso, ocorre a partir desta década um forte processo emigratório na região provocado pela

transferência das atividades madeireiras para Região Norte do Brasil e para o Estado de Mato Grosso.

A figura 1 apresenta a evolução da população residente urbana e rural da microrregião dos Campos de Lages. Onde se percebe a importância econômica do ciclo da madeira para a região. Até 1960 observou-se que a sua população, tanto urbana como rural, apresentou aumento na variação de crescimento, com destaque para a população urbana que, mais que dobrou nas décadas de 1950-1960 e de 1960-1970. A partir de 1970, o que se percebe é a diminuição na variação do crescimento da população.

FIGURA 1: Evolução da População Residente Urbana e Rural da Região dos Campos de Lages 1940-2010 - (%)



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
Elaborado pelo autor

A tabela 3, a seguir, apresenta a distribuição da população da microrregião dos Campos de Lages, conforme Censo Populacional do IBGE 2010. Esta região possui a décima maior população dentre as vinte microrregiões catarinenses. Lages tem a maior população residente total da região. É importante lembrar que de acordo ainda com o Censo Populacional do IBGE 2010. Os municípios de: Paineira, Palmeira, Capão Alto, Celso Ramos, Bocaina Do Sul, Rio Rufino, São José do Cerrito e Cerro Negro apresentam população rural superior a população urbana e os municípios de: Campo Belo do Sul, Bom Jardim da Serra, Anita Garibaldi e Urupema apresentam um equilíbrio entre as populações urbana e rural. Esses doze municípios aparentam em média 38,83% da sua população nas áreas urbana e 61,17% da sua população nas áreas rurais. Por isso, são fundamentais para sustentação da agricultura familiar da microrregião dos Campos de Lages.

TABELA 3: População Residente Urbana, Rural e Total nos Municípios da Região dos Campos de Lages

Município	População Urbana	%	População Rural	%	População Total
Anita Garibaldi	4.555	53	4.072	47	8.627
Bocaina do Sul	967	29	2.323	71	3.290
Bom Retiro	6.417	72	2.525	28	8.942
Campo Belo do Sul	4.410	59	3.076	41	7.486
Capão Alto	962	35	1.791	65	2.753
Celso Ramos	872	31	1.901	69	2.773
Cerro Negro	764	21	2.821	79	3.585
Correia Pinto	12.021	81	2.773	19	14.794
Lages	153.944	98	2.793	2	156.737
Otacílio Costa	14.902	91	1.446	9	16.348
Painel	945	40	1.408	60	2.353
Palmeira	925	39	1.451	61	2.376
Rio Rufino	688	28	1.748	72	2.436
São Joaquim	17.573	71	7.239	29	24.812
São José do Cerrito	2.492	27	6.781	73	9.273
Urubici	7.069	66	3.633	34	10.702
Urupema	1.232	50	1.250	50	2.482

Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE
Elaborado Pelo Autor

3.3 Aspectos Econômicos da Região dos Campos de Lages

3.3.1 Produto Interno Bruto per capita

Através da tabela 4 podemos analisar o PIB *per capita* a preços correntes da região dos Campos de Lages. A primeira observação a ser feita diz respeito ao fato dele ficar sempre muito abaixo do índice de Santa Catarina.

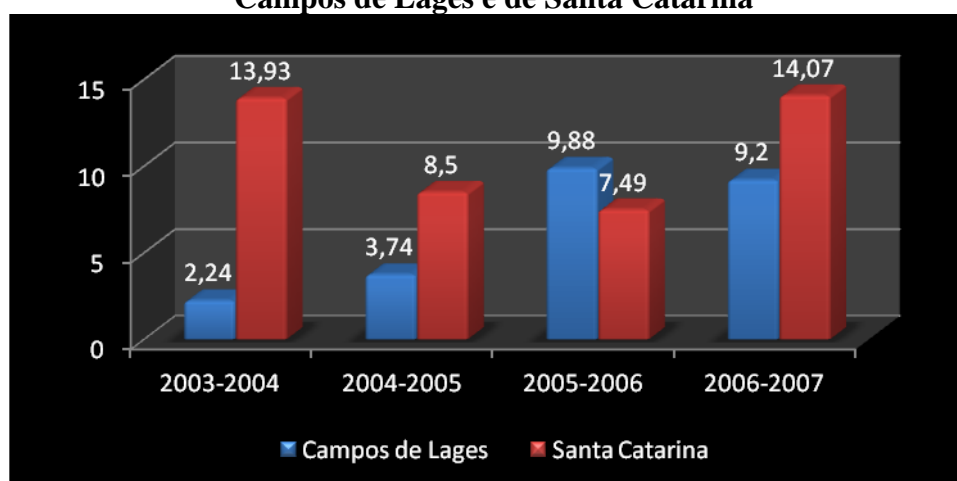
TABELA 4: PIB Per Capita Da Região dos Campos de Lages e de Santa Catarina 2003-2007 (em R\$)

	2003	2004	2005	2006	2007
<i>Campos de Lages</i>	8.297	8.483	8.801	9.671	10.561
<i>Santa Catarina</i>	11.764	13.403	14.543	15.633	17.834

Fonte: PIB *per capita* a preço de mercado corrente (R\$) fornecido pelo IBGE

A figura 2 apresenta a evolução do PIB *per capita* na região dos Campos de Lages. Onde se observa que de 2003 a 2006 ele apresenta crescimento, mas de 2006 para 2007 o mesmo mostra uma pequena desaceleração. Já a evolução do PIB *per capita* Catarinense apresenta queda entre 2003 e 2006, mas de 2006 para 2007 o mesmo apresenta forte elevação, retornando a um patamar maior que em 2003.

FIGURA 2: Evolução Anual do PIB *per capita* Da Região dos Campos de Lages e de Santa Catarina



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
Elaborado Pelo Autor

3.3.2 Produto Interno Bruto por Setor

A tabela 5 apresenta a composição do PIB por setor de produção na região dos Campos de Lages, em que se observa que todos os setores mantêm a sua média de contribuição sempre em torno do mesmo percentual.

TABELA 5: Composição do Produto Interno Bruto - Valor Adicionado por Setor na Região dos Campos de Lages 2002-2008

Setor	PIB Por Setor deflacionado (em milhões)													
	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
<i>Agropecuária</i>	296,2	15	368,87	17	308,99	12	322,26	11	340,34	11	366,2	11	501,48	13
<i>Indústria</i>	668,91	34	791,92	35	997,67	38	971,13	35	1138,77	36	1256,46	37	1395,84	35
<i>Serviços</i>	1027,67	51	1090,75	48	1316,45	50	1513,3	54	1682,63	53	1742,45	51	2054,47	52
TOTAL	1992,78	100	2251,54	100	2623,11	100	2806,7	100	3161,74	100	3365,11	100	3951,79	100

Fonte: Secretaria de Estado e Planejamento (PIB a preço de mercado corrente (1.000.000 R\$).

O setor agropecuário é o que contribui com o menor percentual na formação do PIB da região dos Campos de Lages, sendo que de 2002 a 2008 sua média de participação foi de

12,86%. O setor da indústria participa com uma média de 35,71% de 2002 a 2008, enquanto o setor de serviços se constitui no principal produtor de valor para o PIB da região. Sua participação média de 2002 a 2008 foi de 51,43%.

3.3.3 Distribuição da Renda

Para analisar o item distribuição da renda na região dos Campos de Lages, será utilizado o *índice de Gini*, que mede o grau de desigualdade na distribuição da renda entre os indivíduos, segundo a renda domiciliar *per capita*. Este índice apresenta uma variação de valor entre zero a um, sendo que quanto mais próximo de zero estiver o valor encontrado melhor será a distribuição da renda. Se o valor encontrado para o índice de *Gini* for zero, significa a não existência de desigualdade, pois todos os indivíduos da sociedade detêm a mesma renda. Porém, quando o valor encontrado está mais próximo de um, indica que há um alto grau de concentração de renda, ou seja, uma enorme disparidade na sua distribuição, se o índice de *Gini* for igual a um, significa que um indivíduo detém toda a renda daquela sociedade (PNUD). A tabela 6 apresenta esse indicador referente à região dos Campos de Lages.

TABELA 6: Indicador da Distribuição da Renda da Região dos Campos de Lages 1991 e 2000

<i>Indicador</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>
<i>Índice de Gini</i>	<i>0, 586</i>	<i>0, 563</i>

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento
Elaborado pelo autor

Pode-se observar através da tabela 6 que a desigualdade na distribuição da renda na região dos Campos de Lages no período entre 1991 e 2000 apresentou uma redução, ou seja, houve uma melhora na distribuição da renda. Comparando o valor do índice de *Gini* de 1991 (0,586) com o de 2000 (0,563), encontra-se diminuição na concentração da renda de 3,92% na região.

3.3.4 Estrutura Produtiva

Na região dos Campos de Lages o maior número de estabelecimentos produtivos sempre pertenceu ao setor agropecuário no período de 1970-1995, como pode se observar através da tabela 7 a seguir, mas em decorrência do tempo o setor industrial e o setor de serviços da região tiveram grande expansão no número de estabelecimentos.

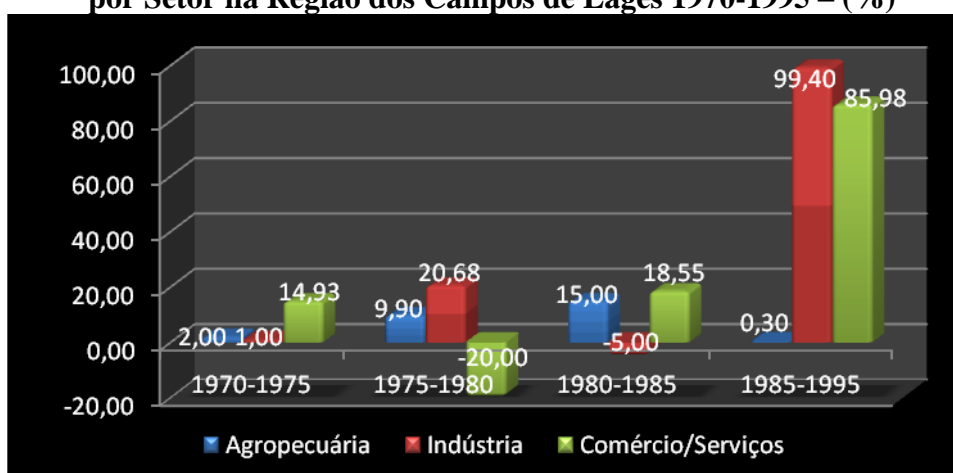
**TABELA 7: Numero de Estabelecimentos, Unidades Locais.
Por setor na Região dos Campos de Lages 1970-1995**

<i>Setor</i>				
<i>Ano</i>	<i>Agropecuária</i>	<i>Indústria</i>	<i>Comércio e serviços</i>	<i>Total</i>
1970	12.593	440	2371	15.404
1975	12.847	440	2725	16.012
1980	14.129	531	2172	16.832
1985	16.249	504	2575	19.328
1995	16.130	1005	4789	21.924

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
Elaborado Pelo Autor

A indústria foi o setor que apresentou o menor número de estabelecimentos no período 1970-1995, tendo inclusive uma queda de 5% entre 1980 e 1985. Porém, esse setor foi quem mais evoluiu no período de 1985 a 1995 com crescimento de 99,4%. A figura 3 a seguir apresenta a evolução percentual no número de estabelecimentos da região. O setor de comércio e serviços, mesmo apresentando uma queda significativa no número de estabelecimentos entre 1975 e 1980, apresentou excelente recuperação nos anos seguintes até 1995, assim como o setor da indústria, quando apresentou um número de estabelecimentos 120,4% maior que em 1980, de acordo com a tabela 7.

FIGURA 3: Evolução do Número de estabelecimentos Unidades locais por Setor na Região dos Campos de Lages 1970-1995 – (%)



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
Elaborado pelo autor

3.4 Aspectos Sociais da Região dos Campos de Lages

3.4.1 População Economicamente Ativa

No que tange ao trabalho é importante analisar a sua situação, relacionando o nível de pessoas ocupadas com o nível de pessoas desocupadas em relação à força de trabalho total, ou seja, o número de Pessoas Economicamente Ativas (PEA). Assim é possível obter a taxa de desemprego da região dos Campos de Lages. As pessoas ocupadas são aquelas que durante o período de referência estão empregadas, trabalhando para terceiros, por conta própria, ou sem remuneração em cooperação com familiares. Já as pessoas desocupadas são aquelas que estão ociosas, mas à procura de trabalho. Assim a taxa de desemprego se dá na relação do número de pessoas procurando emprego em comparação com o número de pessoas economicamente ativas ocupadas.

A população economicamente ativa corresponde ao potencial de mão de obra com que o setor produtivo pode contar, ou seja, a população ocupada e a população desocupada. A tabela 8 a seguir apresenta a PEA na região dos Campos de Lages. Como se observa a PEA da região cresceu de maneira considerável nas últimas quatro décadas, pois ela mais que dobrou, crescendo muito acima do crescimento da população residente total, de 1970 a 2000 a população residente cresceu 24,15% enquanto que a população economicamente ativa cresceu 102%.

TABELA 8: População Residente Total, População Economicamente Ativa Total e Percentual, PEA Urbana Total e Percentual, PEA Rural Total e Percentual Na Região dos Campos de Lages 1970-2000

	População total	PEA Total	%	PEA Urbana	%	PEA Rural	%
1970	229.524	62.808	27	30.322	48	32.486	52
1980	248.275	79.946	32	51.392	64	28.554	36
1991	269.468	105.932	39	77.306	73	28.626	27
2000	284.952	127.034	46	101.495	80	25.539	20

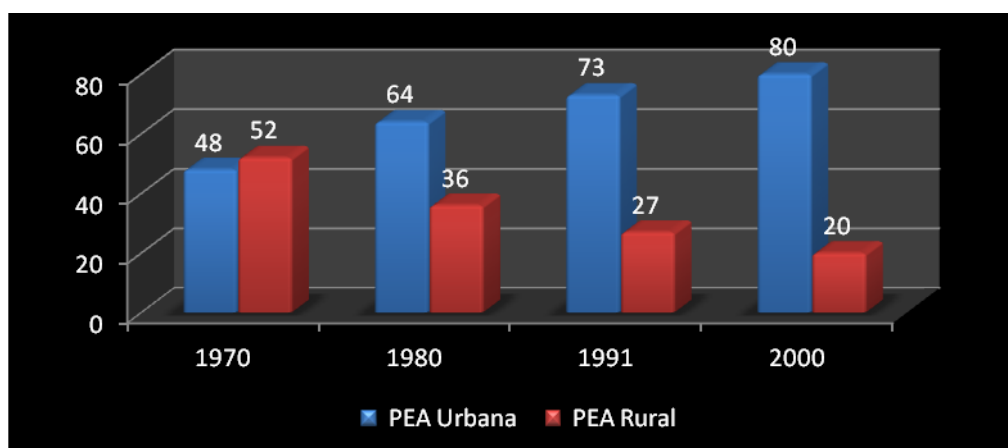
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
Elaborado pelo autor

Observa-se através da tabela 8 acima o processo de urbanização, pois em 1970 52% da PEA está na área rural e 48% dela, na área urbana. Já no ano de 2000 80% da PEA está na área urbana, e apenas 20% se encontra na área rural.

Pode-se observar a partir da figura 4 a evolução do mercado de trabalho na região dos Campos de Lages. Em 1970 a maioria dos trabalhadores pertencia a PEA rural, mas nas

décadas seguintes há inversão nos números, pois a PEA urbana aumenta de forma significativa, chegando em 2000, conforme tabela 8 acima, a 101.495 pessoas, sendo 79,89% da PEA total.

FIGURA 4: Porcentagem da População Economicamente Ativa entre a Área Rural e Urbana da Região de Campos de Lages 1970-2000 – (%)



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
Elaborado pelo autor

Por isso, ao analisar a evolução da população residente total, da PEA total, urbana e rural, no período de 1970 a 1980, conforme tabela 9, a seguir, percebe-se o crescimento de 69% da PEA urbana. É possível observar também a diminuição da PEA rural. Além disso, é observável o crescimento da população residente total abaixo do crescimento da PEA total. Entre os anos de 1980 a 1991 a PEA urbana segue em crescimento acelerado 50,4%, já a PEA rural não apresenta alteração e a PEA total permanece crescendo acima da população total residente.

TABELA 9: Evolução da População Residente Total e da População Economicamente Ativa, Total, Urbana e Rural da Região dos Campos de Lages 1970-2000 - (%)

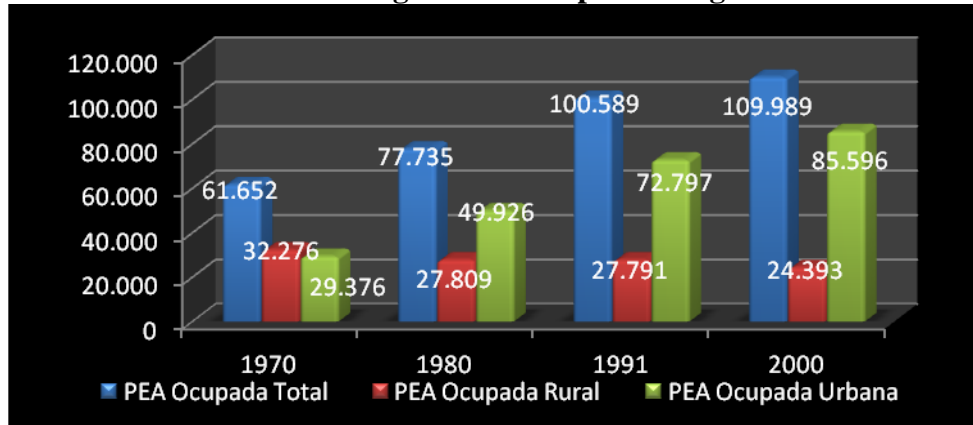
Décadas	População Residente Total	PEA Total	PEA Urbana	PEA Rural
1970-1980	8,2	27,3	69,5	-12,1
1980-1991	8,5	32,5	50,4	0,0
1991-2000	5,8	19,9	31,3	-10,7

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
Elaborado pelo autor

Através da tabela 9 perceb-se evolução da população residente total, da PEA total, Urbana e Rural. Entre o período de 1991 e 2000 a PEA urbana ainda cresce muito acima das outras 31,3%, a PEA rural volta a diminuir e mesmo em ritmo menor a PEA total cresce a números maiores que a população residente total.

A PEA ocupada na área rural em 1970 era superior a PEA urbana. A PEA urbana só superou a PEA rural na década de 1980. No ano 2000 a PEA ocupada rural representou apenas 28,49% da PEA ocupada na área urbana e apenas 22,17% da PEA ocupada total conforme se observa na figura 5.

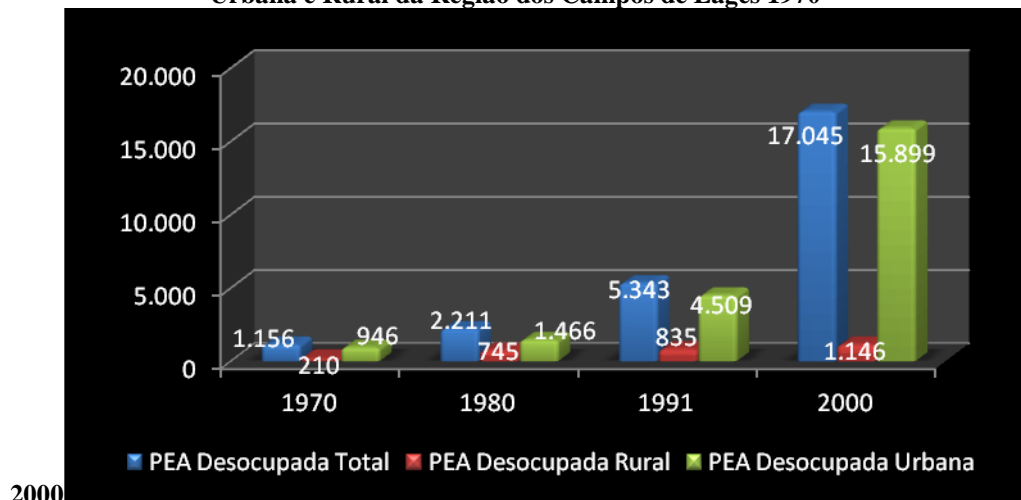
FIGURA 5: População Economicamente Ativa Ocupada, Total, Urbana e Rural da Região dos Campos de Lages 1970-2000



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
Elaborado Pelo Autor

É possível perceber através da figura 6 abaixo que o número de pessoas desocupadas na área urbana da região dos Campos de Lages apresentou crescimento proporcional ao crescimento da PEA urbana, conforme mostrou a figura 5 acima. Portanto, se compararmos os dados da figura 5 com os dados da figura 6, observaremos que o número de pessoas desocupadas na área urbana da região corresponde a 18,57% do número de pessoas ocupadas.

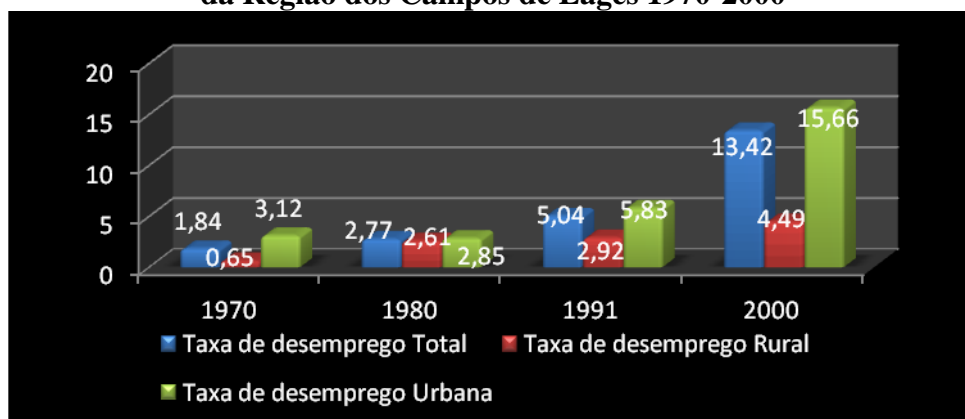
FIGURA 6: População Economicamente Ativa Desocupada, Total, Urbana e Rural da Região dos Campos de Lages 1970-



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
Elaborado Pelo Autor

A figura 7 abaixo apresenta a taxa de desemprego total, urbana e rural na região dos Campos de Lages de 1970 a 2000. Percebe-se que a taxa de desemprego na área rural mesmo crescendo ao longo do período é sempre baixa, se comparada com a taxa de desemprego na área urbana.

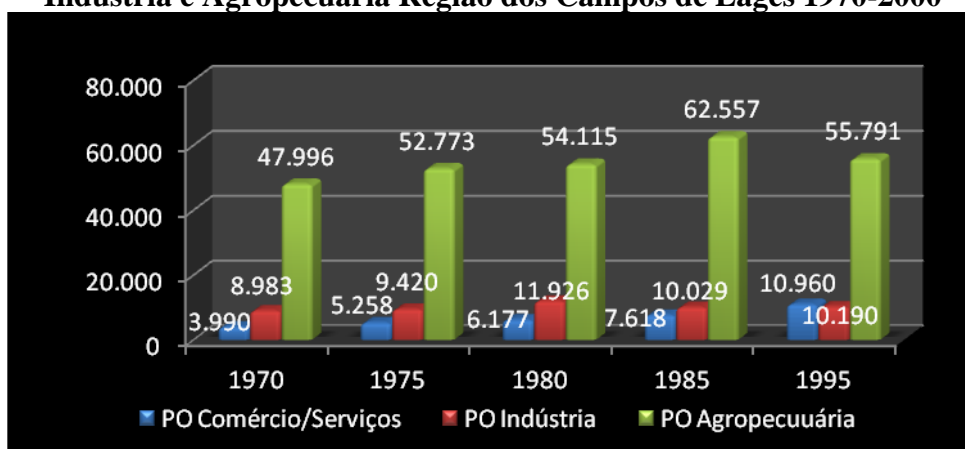
FIGURA 7: Taxa de Desemprego, Total, Urbana e Rural da Região dos Campos de Lages 1970-2000



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
Elaborado Pelo Autor

A figura 8, a seguir, apresenta o número de pessoas ocupadas por setor na região dos Campos de Lages, onde o setor agropecuário é o mais importante na absorção de mão de obra, pois ele sempre foi responsável pela absorção de mais de 70% da mão de obra ocupada na região de 1970 a 1995.

FIGURA 8: População Ocupada, por Setor de Atividade, Comércio e Serviços, Indústria e Agropecuária Região dos Campos de Lages 1970-2000



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
Elaborado Pelo Autor

Portanto, os números acima comprovam a importância social do setor agropecuário na região dos Campos de Lages devido alto índice de absorção da mão de obra.

3.4.2 Educação

A educação é um dos mais importantes itens para se medir o desenvolvimento social, pois uma pessoa com escolaridade maior é capaz de garantir seu bem estar e reduzir a pobreza. Aqui são apresentados alguns indicadores referentes à educação, compreendendo os anos de 1991 e 2000 na região dos Campos de Lages. Como se percebe através da tabela 10 a educação nessa região apresentou melhoras, uma vez que o analfabetismo entre pessoas de 7 e 14 anos caiu de 13,6%, em 1991, para 6,10%, em 2000. Já entre pessoas com mais de 15 anos caiu de 16,9%, em 1991, para 11,10 %, em 2000. A defasagem escolar entre pessoas de 7 a 14 anos caiu de 29,5%, em 1991, para 18,5% em 2000. A evasão escolar entre pessoas de 7 e 14 anos foi o item que apresentou maior redução indo de 16,82%, em 1991, para 4,73%, em 2000.

TABELA 10: Indicadores da Educação na Região dos Campos de Lages (1991-2000)

INDICADOR	1991	2000
Analfabetismo (% pessoas de 7 a 14 anos)	13,60	6,10
Analfabetismo (% pessoas de 15 e mais anos)	16,90	11,10
Defasagem escolar (% pessoas de 7 a 14 anos)	29,50	18,50
Evasão escolar (% pessoas de 7 a 14 anos)	16,82	4,73
Evasão escolar (% pessoas 10 a 14 anos trabalhando)	9,54	6,43

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

3.4.3 Saúde

A saúde é uma variável fundamental na busca pelo bem estar da população, pois quanto melhor é a saúde das pessoas melhor será a sua qualidade de vida. Na região dos Campos de Lages, conforme apresenta a tabela 11, houve significativa melhora nos dados apresentados em 2000, se comparados com os dados apresentados em 1991. De acordo com o item expectativa de vida, que em 1991 foi de 67,50 anos e em 2000 foi de 71,40 anos, assim houve um aumento de 3,9 anos.

O item mortalidade infantil, que em 1991 era 32,7 caiu para 22,70, em 2000. Isso significa que em 1991 a cada mil nascimentos 32,7 crianças não completavam o primeiro ano de vida. Já no ano 2000 esse número caiu para 22,70. Portanto, a mortalidade infantil em 2000 foi 31% menor que em 1991.

TABELA 11: Indicadores da Saúde na Região dos Campos de Lages dos Campos de Lages 1991 e 2000

INDICADOR	1991	2000
Índice de Esperança de Vida	67,50	71,40
Mortalidade Infantil	32,70	22,70
Médicos Residentes (a cada mil habitantes)	2,53	5,05

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento (SPG) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O item médicos residentes a cada mil habitantes percentualmente foi o que teve o melhor desempenho, pois em 1991 havia 2,53 médicos residentes para cada mil habitantes e em 2000 esse número cresceu 99,6% quando a região passou a ter 5,05 médicos residentes para cada mil habitantes.

3.4.4 Pobreza

Na região dos Campos de Lages, conforme a apresenta a tabela 12, a seguir, no ano de 1991, 41,14% da população residente total fazia parte da população pobre (pessoas viviam com uma renda inferior a R\$ 102,00 por mês). E 18,56% eram indigentes (pessoas que vivem com renda inferior a R\$ 51,00 por mês).

TABELA 12: Indicadores de Pobreza na Região do Campos de Lages 1991 e 2000

População	1991	2000
Pobres	41,14	27,67
Não Pobres	58,86	72,33

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
Elaborado pelo autor

No ano de 2000, 27,67% da população residente da região foi considerada pobre, havendo redução de 48,68% no número de pessoas pobres em comparação com 1991. O percentual de pessoas indigentes baixou para 10,72% da população residente, havendo uma redução de 73,13% nesse índice.

3.4.5 Condições de Moradia

Este indicador mostra que em 1991, 86,51% dos domicílios da região possuíam água encanada, percentual que em 2000 subiu para 94,46%, ocorrendo uma melhora no abastecimento de água na região com uma inclusão de mais 9,18% de domicílios. Todavia 5,54% desses no ano 2000 ainda não possuíam água encanada.

TABELA 13: Indicadores de Moradia na Região dos Campos de Lages 1991 e 2000

<i>Indicador</i>	1991	2000
Domicílios com água encanada %	86,51	94,46
Domicílios com Serviço de Coleta de Lixo %	67,22	94,51
Domicílios com instalação adequada de esgoto%	61,25	53,79

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
Elaborado pelo autor

Em 1991 67,22% dos domicílios estavam incluídos na coleta de lixo. Esse percentual subiu para 94,51% em 2000 apresentando uma elevação com inclusão de 40,59% no número de domicílios com serviço de coleta de lixo. Em 2000, 5,49% ainda não estão incluídos na coleta de lixo. O único item que não apresentou melhora foi o de domicílios com instalação adequada de esgoto, pois em 1991 apresentou um percentual baixo 61,25% e em 2000 o percentual foi de 53,79% apresentando uma queda de apenas 13,86% no total de domicílios que possuíam boas instalações.

3.4.6 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

A principal função do IDH é confirmar se houve avanço nos indicadores de educação e saúde que possam apontar a existência de desenvolvimento na região dos Campos de Lages. Por isso, o resultado deste índice irá fornecer a existência ou não na melhoria das condições de vida da sua população. O resultado encontrado para IDH de 0 a 0,499 é considerado baixo, se encontrado entre 0,500 a 0,799, médio e somente será considerado alto se encontrado entre 0,800 e 1.

TABELA 14: Composição do IDH-M, Educação, Longevidade e Renda. Nos Municípios que Formam a Microrregião dos Campos de Lages da Região Dos Campos de Lages, de Santa Catarina e do Brasil

<i>Municípios</i>	IDH-M		IDH-Educação		IDH-Longevidade		IDH-Renda	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Anita Garibaldi	0,633	0,750	0,671	0,825	0,724	0,806	0,505	0,618
Bocaina do Sul	0,648	0,716	0,715	0,793	0,707	0,733	0,522	0,621
Bom Jardim da Serra	0,669	0,758	0,723	0,743	0,694	0,759	0,590	0,671
Bom Retiro	0,662	0,732	0,720	0,811	0,677	0,717	0,590	0,668
Campo Belo do Sul	0,617	0,694	0,656	0,769	0,675	0,700	0,520	0,614
Capão Alto	0,607	0,725	0,662	0,838	0,642	0,700	0,516	0,638
Celso Ramos	0,677	0,762	0,755	0,850	0,739	0,821	0,536	0,614
Cerro Negro	0,598	0,686	0,625	0,740	0,690	0,759	0,479	0,560
Correia Pinto	0,712	0,772	0,777	0,871	0,750	0,782	0,609	0,663
Lages	0,731	0,813	0,822	0,914	0,699	0,782	0,671	0,744
Otacílio Costa	0,725	0,804	0,781	0,882	0,739	0,826	0,656	0,703
Painel	0,666	0,753	0,718	0,819	0,709	0,782	0,572	0,659
Palmeira	0,659	0,755	0,707	0,813	0,709	0,799	0,562	0,653
Rio Rufino	0,666	0,736	0,741	0,805	0,699	0,759	0,539	0,644
São Joaquim	0,693	0,785	0,761	0,860	0,707	0,756	0,609	0,681
São José do Cerrito	0,633	0,731	0,671	0,802	0,695	0,777	0,532	0,615
Urubici	0,708	0,785	0,758	0,856	0,742	0,827	0,624	0,673
Urupema	0,693	0,784	0,756	0,849	0,742	0,822	0,581	0,681
Campos de Lages	0,667	0,752	0,723	0,830	0,708	0,733	0,567	0,651
Santa Catarina	0,748	0,822	0,808	0,906	0,753	0,811	0,682	0,750
Brasil	0,696	0,766	0,745	0,849	0,662	0,727	0,681	0,723

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

As tabelas 10 (página 47) e 11 (página 47) apresentaram os índices da educação e da saúde da região dos Campos de Lages. Pode-se, então, comprovar através da tabela 14 que os resultados encontrados nas tabelas 10 e 11, que apresentaram melhoras na educação e na saúde da região, são comprovados através evolução do IDH de todos os municípios que compõem a microrregião e conseqüentemente da microrregião, assim como houve melhora no IDH de Santa Catarina e do Brasil.

Verifica-se através da tabela 14 que em 1991 o município de Cerro Negro apresentou o menor IDH médio 0,598 e o município de Lages apresentou o melhor 0,731, em 1991 Cerro Negro também apresentou o menor IDH da educação da região 0,625 e novamente Lages apresentou o maior - 0,822, o único considerado alto. O município de Capão Alto apresentou o menor IDH da Longevidade em 1991 e o município de Correia Pinto apresentou o maior, 0,750. Cerro Negro também apresentou o menor IDH da renda em 1991 0,479, único considerado baixo de todos os municípios, no mesmo ano o município de Lages apresentou o melhor - 0,671. Em 2000 Cerro Negro detém o menor IDH médio, 0,686 e Lages o maior, sendo considerado alto junto com Otacílio Costa 0,813 e 0,804, respectivamente. Cerro Negro em 2000 apresenta o pior IDH da educação, 0,740 e junto com Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra e Campo Belo do Sul formaram o grupo dos únicos município que não passaram a ter

este IDH na faixa de consideração alta. Neste ano Lages apresentou o melhor IDH da educação - 0,914. Os municípios de Campo Belo do Sul e Capão Alto, apresentaram em 2000 o pior IDH da longevidade 0,700 e Urubici apresentou o melhor, 0,827. Cerro Negro em 2000 apresentou o menor IDH da renda 0,560 e, com isso, foi o pior município em desenvolvimento humano da região. O município de Lages apresentou o maior IDH da renda 0,744. Portanto, o município de Lages foi o município que apresentou os melhores índices de desenvolvimento humano da região.

Ao observar os melhores indicadores de desenvolvimento humano dos países capitalistas de leste a oeste, de norte a sul do planeta é possível encontrar um traço comum. “A forte presença da agricultura familiar, cuja evolução desempenhou um papel fundamental na estruturação de economias mais dinâmicas e de sociedades mais democráticas e equitativas” (GUANZIROLI et al., 2001, p. 15).

Por isso, os municípios de Urupema, São Joaquim e Urubici que apresentaram os melhores desempenhos na agricultura familiar da microrregião dos Campos de Lages, conforme apresentado na tabela 15 (página 52), estão entre os cinco municípios com os melhores índices de desenvolvimento humano da região no ano 2000. Lages apresenta o melhor desempenho, Otacílio Costa vem em segundo, São Joaquim em terceiro, Urubici em quarto e Urupema em quinto. Assim pode-se observar que o papel desempenhado pela agricultura familiar contribuiu para formação desses índices comprovando a sua importância como fator gerador de desenvolvimento econômico, social e de sustentabilidade.

3.5 A Agricultura Familiar na Região dos Campos de Lages.

A região dos Campos de Lages, de acordo o Censo Agropecuário do IBGE 2006, é formada pelos municípios de: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Capão Alto, Campo Belo do Sul, Celso Ramos, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema. A agricultura familiar desta região é composta por 11.293 estabelecimentos agrícolas, ocupa 223.608 hectares, emprega 28.189 pessoas que juntas contribuem para formação de uma riqueza de 189 milhões de reais. Essa região responde por 6,7% dos estabelecimentos agrícolas familiares de Santa Catarina, ocupa 8,45% da área agrícola familiar catarinense, emprega 6% da mão de obra ocupada na agricultura familiar catarinense e produz 3,32% do valor bruto da produção agrícola familiar do Estado. Na região dos

Campos de Lages a agricultura familiar ocupa 74,86% dos estabelecimentos agrícolas, 20,85% da área agrícola de região, emprega 65,48% da mão de obra ocupada nas áreas rurais e produz 31,02% do valor bruto da produção agrícola.

A tabela 15, a seguir, apresenta os números da agricultura familiar nos municípios que compõem a região dos Campos Lages. Elas apresentam os números de estabelecimentos agrícolas, área ocupada por estes estabelecimentos, número de pessoas ocupadas neles e o valor bruto da produção dos mesmos. Apresentam também a razão entre o valor bruto da produção por pessoa ocupada, por hectare de terra explorado e por estabelecimento. Pode-se, então, perceber a partir dos números apresentados, que há sem dúvidas a forte presença da agricultura familiar na região.

De acordo com a tabela 15, São José do Cerrito é o município da região que apresenta o maior número de estabelecimentos agrícolas familiares, com 1.850 unidades, 16,38% do total deles, a maior área ocupada por estabelecimentos - 33.903 mil hectares, 15,16% da área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas familiares e o maior número de trabalhadores ocupados, 4.431 pessoas. Em percentual, 15,71% do número de pessoas ocupadas. São Joaquim apresenta o maior valor bruto da produção, 53.6 milhões de reais, 28,26% do total. Urubici apresenta o maior valor bruto produzido por pessoa ocupada, R\$ 16.607,76 por ano.

Urupema com o maior valor bruto produzido em hectare, R\$ 2.036,01 por ano e o maior valor bruto produzido por estabelecimento: R\$ 47.545,45 por ano. Otacílio Costa apresenta o menor número de estabelecimentos - 221 unidades, 1,95% do total de estabelecimentos, a menor área ocupada 4.453 mil hectares, 1,99% da área total e o menor número de pessoas ocupadas, 537 pessoas, 1,90% do total de pessoas ocupadas. Capão alto apresenta o menor valor bruto produzido, 1,7 milhões de reais menos de 1% do valor total. Bocaina do Sul apresenta o menor valor bruto produzido por pessoa ocupada, R\$ 1.930,10 por ano e o menor valor bruto produzido por estabelecimento R\$ 3.085,71. Capão Alto apresenta o menor valor bruto produzido por hectare, R\$ 193,93. Os números apresentados na tabela 15 referentes à agricultura familiar na região de Lages expressam as dificuldades estabelecidas para seu desenvolvimento provocado pela pecuária intensiva e pela expansão dos reflorestamentos na região, pois os municípios que apresentam os melhores resultados de desenvolvimento humano são aqueles onde há forte presença e dinamismo da agricultura familiar.

TABELA 15: Número de Estabelecimentos, Área ocupada, Pessoas Ocupadas, Valor Bruto da Produção da Agricultura Familiar Região dos Campos de Lages.

Município	Agricultura Familiar na Microrregião dos Campos de Lages						
	Nº de Est.	Área mil ha	PO	VBP mil Reais	VBP/PO	VBP/ha	VBP/Est.
Anita Garibaldi	1.176	23.745	2.573	5.140	1997,67	216,47	4370,75
Bocaina do Sul	385	7.348	1.030	1.988	1930,10	270,55	5163,64
Bom Jardim da Serra	489	11.288	1.174	19.312	16449,74	1710,84	39492,84
Bom Retiro	412	9.726	1.291	10.202	7902,40	1048,94	24762,14
Campo Belo do Sul	754	15.217	2.104	13.210	6278,52	868,11	17519,89
Capão Alto	319	8.771	798	1.701	2131,58	193,93	5332,29
Celso Ramos	622	10.194	1.431	5.276	3686,93	517,56	8482,32
Cerro Negro	624	11.152	1.953	10.958	5610,86	982,60	17560,90
Correia Pinto	477	9.430	1.132	3.170	2800,35	336,16	6645,70
Lages	470	12.874	1.053	3.806	3614,43	295,63	8097,87
Otaclio Costa	221	4.453	537	2.085	3882,68	468,22	9434,39
Painel	305	8.892	774	1.926	2488,37	216,60	6314,75
Palmeira	299	4.823	820	1.854	2260,98	384,41	6200,67
Rio Rufino	305	5.264	908	6.642	7314,98	1261,78	21777,05
São Joaquim	1664	28.105	3.979	53.600	13470,72	1907,13	32211,54
São José do Cerrito	1850	33.903	4.431	13.148	2967,28	387,81	7107,03
Urubici	657	12.258	1.392	23.118	16607,76	1885,95	35187,21
Urupema	264	6.165	809	12.552	15515,45	2036,01	47545,45
TOTAL	11.293	223.608	28.189	189.688	6729,15	848,31	16796,95

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – IBGE (PO=Pessoas Ocupadas, VBP=Valor Bruto da Produção)
Elaborado Pelo Autor

A expansão dos reflorestamentos surgiu na região logo após ter acabado o ciclo da madeira, pois ela torna-se importante pólo na produção de celulose. Essa atividade que chegou ao Brasil antes de 1930 passou por inúmeras alterações e junções de indústrias até o ano 2000, encontrou nessa região ambiente fértil para seu desenvolvimento e a partir da década de 1980 sua produção ganha mais força no país, chegando à marca de 418.156 t, apresentando aumento de 370% na produção em relação à década anterior. E, em 1999 essa produção chegou a 1.187.403 t, segundo Goularti Filho (2007). Esta atividade por demandar muita madeira fez com que os reflorestamentos de pinus se expandissem pela região dos Campos de Lages tornando-se fator adverso ao desenvolvimento da agricultura familiar da região. A tabela 16 apresenta a evolução da área ocupada pelas florestas artificiais em mil hectares na região.

TABELA 16: Área Plantada de Matas Artificiais na Região dos Campos de Lages 1950 a 1995 (em mil há)

Ano	Área	% Crescimento (1950=100)
1950	13.378	
1970	32.706	244,48
1975	60.857	86,07
1980	65.349	7,38
1985	75.349	15,30
1995	105.121	39,51

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
Elaborado pelo autor

Portanto, através da tabela 16 é possível perceber como a evolução dos reflorestamentos torna-se um fator limitante para o desenvolvimento da agricultura familiar da região dos Campos de Lages. Pois, ao comparar a área ocupada pela agricultura familiar na região em 2006 conforme tabela 15 (pagina 52), nota-se através da 16, que em 1995, onze anos antes, as áreas de plantações de matas artificiais eram quase 50% do total da área ocupada pela agricultura familiar em 2006. A evolução dos reflorestamentos foi fator limitante para a agricultura familiar na região.

Outro problema enfrentado pela agricultura familiar na região diz respeito a sua ocupação histórica que enraizou a cultura da pecuária extensiva entre os produtores.

TABELA 17: Efetivo Bovino e Vacas Ordenhadas em Cabeças e percentual. Em Santa Catarina e na Região dos Campos de Lages 1975-2005

Ano	SC		Região		Região	
	EF Bois	EF Bois	%	EF Vacas	EF Vacas	%
1975	2.259.340	444.719	19,68	407.668	46.074	11,30
1985	2.777.327	479.517	17,26	502.056	45.360	9,03
1995	2.992.986	496.053	16,57	672.641	49.963	7,42
2005	3.376.725	491.930	14,56	722.230	39.364	5,45

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
Elaborado pelo autor

Verifica-se que, tanto a ocupação histórica como a herança cultural estabeleceram a pecuária como principal atividade agrícola da região. A tabela 17 que apresenta o número efetivo de bois e de vacas ordenhadas em Santa Catarina e na região dos Campos de Lages, de 1975-2005, mostra que nesse período a região manteve uma média de 17,01% do efetivo bovino do estado, sendo que a quantidade do rebanho apresenta aumento durante o período. Já o efetivo de vacas ordenhadas na região apresenta média de 8,3% do mesmo efetivo no Estado. Em 1975 a região possuía 11,3% do rebanho de vacas ordenhadas do Estado e em 2005 apenas 5,45%. No mesmo período o efetivo de vacas ordenhadas apresenta crescimento na quantidade de cabeças no Estado, mas na região ele diminui. Portanto, de acordo com os dados fornecidos pela tabela 17 e considerando que o manejo de vacas ordenhadas é uma atividade exercida essencialmente pela agricultura familiar, observa-se que essa atividade decresceu na região dos Campos de Lages nesse período. A pecuária que demanda grandes áreas de pastagens, também foi um fator adverso para desenvolvimento da agricultura familiar da mesma região.

Mas, mesmo diante da adversidade percebe-se a presença da agricultura familiar na região e de acordo com dados extraídos da Secretaria de Estado e Planejamento em 2007, o

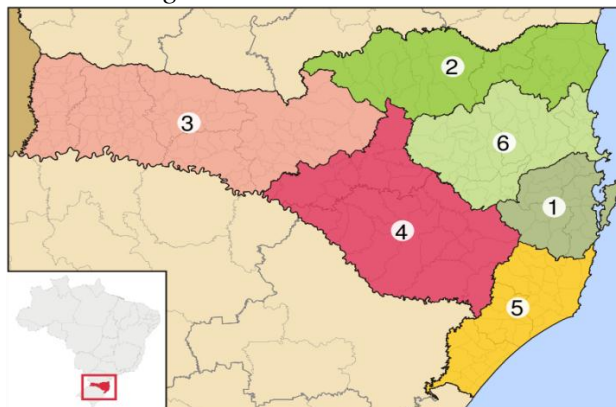
setor agropecuário da região dos Campos de Lages contribui para a produção agrícola com 3,73% da produção de alho, cultura na qual Santa Catarina é o 4º maior produtor nacional, com 24,40% da produção de batata inglesa, Santa Catarina é o 7º, com 4,8% da produção de cebola Santa Catarina é o maior produtor nacional, com 12,9% da produção de feijão, Santa Catarina é o 6º, com 5,7% da produção de milho, Santa Catarina é o 7º maior produtor nacional, com 2,5% da produção de soja, é o 10º, com 3,95% da produção de tomate, Santa Catarina é o 8º maior produtor nacional, com 4,95% da produção de trigo, é o 3º, com 47,53% da produção de maçã, Santa Catarina é o maior produtor nacional. Além disso, a região produz arroz, mandioca, uva, laranja e leite em quantidades menos expressivas. A região também se destaca na produção de lã 22,19% e mel 16,46% do total produzido no Estado. Todas essas culturas são efetivamente produzidas por agricultores familiares.

Então, a agricultura familiar se faz presente na região dos Campos de Lages cumprindo o seu papel, a sua função social de ser a maior empregadora no campo; a sua função econômica produtora de alimentos para as comunidades urbanas; a sua função política garantidora da governabilidade, por manter indivíduos no campo, evitando o êxodo rural; e a sua função cultural responsável pela transmissão dos conhecimentos adquiridos ao longo do tempo.

4. PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR CATARINENSE E NA REGIÃO DOS CAMPOS DE LAGES¹.

O Estado de Santa Catarina, como já foi observado por este trabalho, está dividido em seis mesorregiões geográficas, conforme mostra o mapa 2 abaixo.

Mapa 2: Mesorregiões Catarinenses



Fonte: WIKIPÉDIA

Por isso, as perspectivas e desafios para o futuro da agricultura familiar em Santa Catarina, com ênfase na região dos Campos de Lages, seguirão esse modelo de distribuição territorial.

4.1 Mesorregião da Grande Florianópolis

A mesorregião geográfica da grande Florianópolis, número 1 no mapa é composta pelas microrregiões de Florianópolis, Tabuleiro e Tijucas e juntas contém 21 municípios. Nessa mesorregião, observa-se certo consenso de que os pequenos municípios tendem a expandir horizontalmente suas áreas urbanas e os grandes municípios tendem a verticalização com o aumento no número de prédios.

¹ Este capítulo está baseado no estudo de: Altamann, et al. (2008). **Perspectivas para o Sistema Agroalimentar e o Espaço Rural de Santa Catarina em 2015: Percepção de representantes de agroindústrias, cooperativas e organizações sociais.** Florianópolis: Epagri, 2008.

Percebe-se na região um processo de transformação das relações entre o espaço rural e o urbano. Estaria ocorrendo, em muitas áreas uma urbanização do espaço rural com o avanço das cidades sobre as áreas anteriormente utilizadas para agricultura. Neste contexto cresce a disputa por recursos naturais, humanos e sociais, entre atividades agrícolas, urbano-industriais e de serviços (ALTMANN et al, 2008, p.83).

Isso ocorre porque há imigração de trabalhadores precedentes de outros estados e mesmo de outras regiões catarinenses.

Na região da grande Florianópolis muitos jovens que moram em áreas rurais se deslocam para as áreas urbanas diariamente para trabalharem. Esses jovens deverão retornar as atividades agrícolas no futuro, movidos pelo não contentamento com o trabalho na indústria e pela expectativa de melhor valorização da agricultura na região. No entanto, eles deverão encontrar alguns obstáculos como: a mecanização, a tecnificação, esses fatores devem melhorar a qualidade na produção da agricultura familiar, mas exigirão mais qualidade de capacitação dos futuros produtores que quiserem se estabelecer na agricultura

Na mesorregião da Grande Florianópolis de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE 2006 a agricultura familiar é formada 5,78% dos estabelecimentos agrícolas do Estado, ocupa 14,44% da área, emprega 15,46% das pessoas ocupadas e produzem 13,32% do valor produzido pela agricultura familiar em Santa Catarina. Essa agricultura na região produz banana, palmito, arroz e, principalmente, hortaliças e apresenta forte presença de colônias de pescadores. Na região ocorre falta de mão de obra para as atividades agrícolas e principalmente no setor pesqueiro, pois o processo sucessório na região é afetado por natureza cultural, devido à resistência na quebra de paradigmas pelos atuais pescadores e empresários da pesca, o que desestimula os filhos. A especulação imobiliária e os aterramentos acabam com os manguezais comprometendo a renovação dos peixes que se criam nos estuários.

Observa-se também falta de integração entre a cadeia produtiva da pesca e órgãos públicos, "...o setor pesqueiro se destaca no cenário nacional e poderia ser pólo de excelência, com a Cidasc e a Epagri, se tivesse política pública para o setor..." (ALTMANN et al, 2008 p.84). Portanto, há necessidade de aproximação das indústrias pesqueiras com a Cidasc e a Epagri. Outro fator relevante diz respeito à renovação tanto dos empresários como dos pescadores, pois a média de idade entre os empresários é de 45 anos e dos pescadores é de 50 anos, o fato da legislação trabalhista não permitir o emprego a jovens menores de 16 anos limita o ingresso de novos pescadores.

Na região da grande Florianópolis há grandes perspectivas com relação à atividade da maricultura, porém ela irá depender da existência de política adequada e de regulamentação da parte do setor público, onde este deverá racionalizar as formas de acesso ao mar, monitorar a qualidade da água dos moluscos, dar apoio as pesquisas, a assistência técnica e estabelecer políticas de crédito para investimento. Para que no futuro os recursos naturais de ótima qualidade possam realmente trazer mais vantagens competitivas a produção de moluscos desta região. Uma tendência para o futuro é que surjam empresários fornecedores de sementes de moluscos, a fim de dinamizar o setor da maricultura da Mesorregião de Florianópolis.

4.2 Mesorregião Norte Catarinense

A mesorregião geográfica do Norte Catarinense, número 2 no mapa, é composta pelas microrregiões de Canoinhas, Joinville e São Bento do Sul e juntas contém 26 municípios. Nessa mesorregião, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE 2006, a agricultura familiar é formada 12,05% dos estabelecimentos agrícolas familiares do Estado, ocupa 11,14% da área agrícola familiar, emprega 11,71% das pessoas ocupadas e produz 9,59% do valor produzido pela agricultura familiar em Santa Catarina. Assim como deve ocorrer na mesorregião da Grande Florianópolis, a do Norte tende a aumentar sua população nos pequenos municípios e os grandes municípios tendem a verticalização com o aumento do número de prédios.

Há muitos jovens residindo em áreas rurais e trabalhando nas áreas urbanas com perspectiva de voltarem para trabalhar na atividade agrícola no futuro, retornando assim para a área rural. Mas, encontrarão dificuldades em se manter nas áreas rurais dado que haverá aumento na mecanização e tecnificação das culturas de produção, isso diminui a demanda por mão de obra, o que trará por consequência aumento do êxodo rural.

Há perspectivas de que os agricultores familiares da região devem ser menos conservadores e procurar alternativas de parcerias com a iniciativa pública e privada, com relações duradouras e com tendência de ganhos para ambas as partes. Na região os filhos de agricultores estão se capacitando e muitos já tem nível superior. Eles estão se integrando nos negócios da família que têm excelente perspectiva no desenvolvimento do setor de flores e plantas ornamentais. “...A expectativa dos empresários do setor de flores e ornamentais é a de

que terá futuro o produtor familiar que se organizar em cooperativas e associações e buscar o apoio do poder público para empreender...” (ALTMANN et al, 2008, p.85). No passado o aumento da renda era proveniente do aumento da área e do faturamento por hectare. Mas, somente o aumento da produtividade poderá trazer aumento para a renda no presente e no futuro.

Observa-se nesta região uma desconfiança dos produtores de flores e plantas ornamentais com relação a experiências mal sucedidas em relação à organização de cooperativas e associações, porém essas formas de organização serão essenciais, no futuro, para manutenção da atividade na região, devido à tendência de integração no setor de ornamentais. Portanto, mesmo que haja expectativa de aumento nas áreas de produção, há uma expectativa declarada para aumentar na região a produção integrada.

Há uma perspectiva para que no futuro Santa Catarina tenha qualidade diferenciada na produção de banana, com certificação e aumento na produção orgânica, o que é muito bem visto pelos agricultores familiares da região. Hoje a banana catarinense é exportada para Uruguai e Argentina, mercado disputado com a Bolívia, mas a melhora na qualidade de produção pode abrir o mercado europeu que é mais exigente, o que justifica o avanço na qualidade deste produto. Outra tendência é que no futuro as propriedades produtoras de bananas que hoje ocupam áreas com média de 10 hectares terão suas terras aumentadas devido a novas aquisições, estabelecendo assim uma média de 12 a 13 hectares por estabelecimento produtor de banana no futuro. E, ainda haverá melhora na capacitação do produtor do futuro, pois ele terá no mínimo ensino médio, isso o deixará mais receptivo para adoção de novas tecnologias.

Na região norte também deve ocorrer uma expansão nas atuais áreas de plantio de milho e de soja, assim como devem surgir novas atividades como reflorestamento e a suinocultura. Além da busca por novas atividades como, por exemplo, produções de orgânicas, frutas, agroindústrias, etc. Ou seja, atividades agrícolas que sejam capazes de substituir a cultura do fumo, principal atividade dos agricultores familiares da região.

A região Norte enfrenta um problema histórico que dificulta o desenvolvimento da agricultura familiar que é a produção convencional de milho, feijão e fumo. Essas culturas limitam a expansão da renda estabelecendo falta de perspectiva para o futuro dos agricultores. E essa falta de perspectiva contribui para numerosos casos de suicídio. Ela também leva os

jovens a procurar trabalhos nas inúmeras fábricas de móveis instaladas nos municípios de Rio Negrinho e São Bento do Sul. Esses jovens também são atraídos pelas oportunidades de emprego oferecidas pelo município de Joinville e pelo litoral. A pouca distância entre a área rural e urbana leva os jovens a trabalharem fora durante o dia e voltar ao meio rural à noite, mas deixando as atividades agrícolas para os pais que tendem a vender suas terras para moradores das cidades que as transformam em chácaras de lazer.

O reflorestamento vem crescendo muito na região, mas não está se invadindo as áreas de lavoura. No futuro, devido aos plantios recentes, a região deverá aumentar significativamente a oferta de madeira para o setor moveleiro, mas com diferencial de preços devido à qualidade da madeira resultado de bom manejo. No entanto, há preocupação quanto ao excesso na oferta dessa madeira no futuro. Por isso a opção pelos reflorestamentos de biomassa para fins energéticos é visto como boa oportunidade.

A região também produz erva mate que é considerada de excelente qualidade para o mercado interno e externo. Há uma expectativa de aumento na produção e no consumo desse produto no futuro, mas os ervais da região vêm sofrendo com o avanço dos plantios de pinus e pela colheita fora de época forçada pelas ervateiras, além da expansão da pecuária que provoca o pisoteio. Há ainda a falta de organização dos produtores e o não reflorestamento dos ervais, devido à baixa rentabilidade, que contribuem para perda de vigor dos ervais nativos e conseqüentemente na diminuição da sua qualidade.

O futuro promete um aumento na concentração das terras e na renda da região, mesmo com uma perspectiva de que haverá diversificação na produção agrícola. Como consequência a esse processo, aparecerão mais problemas nas periferias das cidades provocadas pelo êxodo rural.

4.3 Mesorregião Oeste Catarinense

A mesorregião do Oeste Catarinense, número 3 no mapa é composta pelas microrregiões de Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê e, juntas, contém 118 municípios. Nessa Mesorregião, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE 2006, a

agricultura familiar é formada por 43,59% dos estabelecimentos agrícolas familiares catarinenses, ocupa 44,73% da área agrícola do estado, emprega 44,74% das pessoas ocupadas e produz 51,65% do valor produzido pela agricultura familiar em Santa Catarina. Nessa região, ela é a mais dinâmica e próspera do estado, pois mesmo com área, número de estabelecimentos e pessoas ocupadas inferior a 50% dos números totais do estado, produz mais de 50% do valor bruto produzido pela agricultura familiar em Santa Catarina.

A mesorregião Oeste mantém forte presença da agricultura familiar em associação com indústria agroalimentar catarinense. É uma região economicamente próspera com ampliação e diversificação dos empreendimentos. Chapecó é consolidada como pólo regional e deve continuar seu crescimento tanto demográfico como econômico. A indústria de alimentos deve se diversificar e novas atividades como móveis, metal mecânico, vestuário. etc. devem surgir. A migração campo/cidade deve fazer crescer municípios como Concórdia, Xanxerê, São Miguel do oeste, Itapiranga, Maravilha, Pinhalzinho, Palmitos e São Lourenço do Oeste. Isso que deve aumentar a oferta de serviços públicos e privados.

Mesmo observando certo otimismo quanto ao futuro da região, onde se observam avanços em relação ao presente, o que se constata é melhor do que foi o passado. Podem-se observar também algumas preocupações quanto ao futuro dos processos econômicos sociais e ambientais, pois observa-se inchaço das periferias, que aumenta o déficit habitacional. Também há problemas de desemprego e renda, mesmo havendo vagas de trabalho, pois os trabalhadores não se ajustam às exigências para preencher as vagas, sejam urbanas ou rurais.

O êxodo rural, provocado pelo grande número de jovens sem perspectivas de continuarem no campo, devido à grande instabilidade da renda rural e atraídos por empregos ou atividades urbanas, somados ao envelhecimento da população rural, leva ao declínio ou até mesmo ao desaparecimento de muitas comunidades rurais. Esse é um processo que deverá continuar acontecendo na região oeste.

As dificuldades na sucessão, a escassez de mão de obra e a baixa renda são as causas para redução no número de propriedades e a concentração da produção das atividades agrícolas. A previsão é que as propriedades do futuro sejam maiores, mais mecanizadas e menos dependentes de mão de obra. Os produtores maiores com perfil mais profissional permanecerão nos sistemas de integração.

Outro aspecto amplamente abordado refere-se ao processo sucessório dentro das propriedades rurais, Na avaliação da organização da agricultura familiar, existe uma grande resistência dos jovens agricultores a continuar no sistema de integrado de produção. As razões estariam no perfil mais independente dos jovens (insubmissão a regras impostas), o desestímulo dos pais e o fato de terem crescido ouvindo críticas ao sistema. O maior número de oportunidades no futuro levaria esses jovens em busca de outras alternativas de produção, trabalho e renda (ALTMANN et al, 2008, p.69).

Portanto, permanecerão no campo os produtores mais aptos, com melhor preparo técnico e gerencial, sendo que muitos terão curso superior e serão ambientalmente mais conscientes. Por necessidade, serão mais cooperativos e associados, mas com um cooperativismo um pouco diferente do atual, não haverá espaço para produtores em isolado. Deverão crescer o número de chácaras de lazer, muitas propriedades serão arrendadas e áreas de encostas serão utilizadas para reflorestamentos, muitos produtores no futuro irão morar nas cidades, mas continuaram mantendo suas atividades agrícolas no campo e as atividades de comercialização de produtos deverão ser mais desenvolvidas.

Há um consenso de que no futuro muitos jovens que hoje se profissionalizam nas cidades deverão voltar para as atividades agrícolas com visão empreendedora e investirão em novas atividades com maior prospecção de lucros. Além disso, percebe-se uma ilusão quanto à melhora na qualidade de vida em morar na cidade, devido às escalas de trabalho das empresas diminuir a liberdade das pessoas.

Estima-se que a mesorregião do Oeste Catarinense deve continuar competitiva na produção de aves e suínos, com grandes empresas automatizando processos e agregando valores, Santa Catarina deverá continuar exportando esses produtos, pois a demanda se elevará nos próximos anos. Devido à concentração na produção e de produtores, 50% dos produtores de aves e frangos de região oeste não ficarão na atividade. Levantamento da indústria estima que em 2015 sejam necessários 900 terminais por lote para aves e 500 para suínos. O produtor de suíno de ciclo completo terá muitas dificuldades para se manter e o produtor de aves precisará de no mínimo dois aviários de 100m. A maior competitividade na produção de grãos no Centro Oeste do País permitirá a construção de granjas mais modernas e com maior seguridade sanitária, o que provocará concorrência com a região Oeste Catarinense, que num médio prazo deverá apresentar declínio. O mercado de embutidos da

região tende a concentrar ainda mais a produção na grande indústria levando ao desaparecimento dos pequenos produtores de embutidos, que somente se manterão no mercado munidos de capacidade inovadora com produtos de ótima qualidade e voltados para os mercados regionais.

A produção de grãos ainda é vista como atividade alternativa. Mas, deve perder espaço na região e se concentrar em número de produtores, pois muitos que produzem grãos e fumo devem migrar para produção leiteira, demandando áreas de pastagens. Como pode-se perceber há certo grau de confiança com relação às expectativas futuras desta cultura que demanda uma qualidade na mão de obra. Essa atividade “... é considerada apropriada às condições sociais, econômicas e ambientais regionais. Assim, empresas de laticínios estão expandindo sua produção, planejando investimentos ou, então, instalando-se na região...” (ALTMANN et al, 2008, p. 71). O Brasil tende a se tornar um grande exportador de leite nos próximos anos e a maior bacia leiteira estará no sul do País (Nordeste do Rio Grande do Sul, Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná). Isso será possível graças às vantagens comparativas da região, bom nível de profissionalização, clima e solo apropriados e poder gerar economias de escala. Mas, em especial a forte presença da agricultura familiar. A limitação de área e a escassez de mão de obra serão excludentes de propriedades, permanecendo produtores com produção mínima de 30 a 500 litros por dia. Ficarão com o mercado nacional grandes indústrias de laticínios, mas haverá espaço para pequenos laticínios e queijarias. Esse processo levará a reboque a indústria de nutrição animal.

Há um consenso de que o sistema cooperativo agropecuário catarinense deverá sofrer grande reestruturação nos próximos anos, mas as características culturais da agricultura familiar da mesorregião Oeste Catarinense colocam-na em melhores condições, se comparada com outras regiões brasileiras. Isso ocorre devido ao alto grau de absorção de tecnologias e da produção de qualidade. E, são essas características que deverão manter no futuro um diferencial para a agricultura familiar catarinense.

4.4 Mesorregião Serrana

A mesorregião Serrana, número 4 no mapa é composta pela microrregião de Curitibanos e pela microrregião dos Campos de Lages e juntas contém 30 municípios. Nessa mesorregião, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE 2006, a agricultura familiar é formada 9,51% dos estabelecimentos agrícolas familiares do estado, ocupa 12,22% da área agrícola familiar, emprega 8,6% das pessoas ocupadas e produz 4,68% do valor bruto produzido pela agricultura familiar em Santa Catarina. Essa mesorregião produz R\$ 822,05 por hectare ano. Os números comprovam que agricultura familiar nesta região foi marcada pela herança cultural extrativista, pela forte ligação com a pecuária e pela sua crescente ocupação territorial dos reflorestamentos que contribuíram para o baixo grau de desenvolvimento da região.

O trabalho expõe a mesorregião Serrana de forma um pouco diferente das demais, apresentando as suas duas microrregiões, primeiro a microrregião de Curitibanos depois a microrregião dos Campos de Lages.

4.4.1 Microrregião de Curitibanos

A microrregião de Curitibanos apresentará produtores com perfis mais empreendedores. Eles trabalharão com mais profissionalismo e com formas mais associativas, buscando maior densidade econômica. Ficará no campo quem gosta da atividade e os jovens que se sentirem atraídos por perspectivas de bons ganhos. No futuro deverá haver dois tipos de produtores na região: os que não dependerão da propriedade - aposentados, investidores urbanos, grandes produtores e investidores em terras - e os produtores que dependerão da atividade agrícola. Esses terão que trabalhar de forma profissional, usando tecnologias, conhecimento e informação. Eles terão como foco pouca diversificação das atividades e trabalharão com base no associativismo, pois sozinhos não terão muitas possibilidades de alcançar sucesso na atividade.

No futuro esta região, assim como outras, deve apresentar concentração das propriedades e aumento na escala de produção. O produtor só de matérias primas tende a desaparecer. Além disso, o problema da falta de mão de obra deve se agravar provocado pelo envelhecimento dos atuais produtores e pelo êxodo rural entre os jovens, que em Santa Catarina é da ordem de 2%, o dobro do total - 1%. Ainda soma-se a isso o fato de que 43%

dos chefes de famílias têm mais de 50 anos e a pirâmide etária mostra mais envelhecimento no campo. Esse processo provoca declínio e desaparecimento de comunidades rurais e agravamento dos problemas sociais nas periferias dos principais pólos regionais, soma-se a esses problemas a permanência de trabalhadores sazonais que vêm de outras regiões para suprir a falta de mão de obra.

A região de Campos Novos no que se refere às atividades produtivas apresenta grande diversidade de empresas agroindustriais, tanto em tamanho, como em oferta e estratégias comerciais, voltadas tanto para mercado interno como externo. Essa região ainda encontra presença marcante de organizações focadas nos interesses e no desenvolvimento rural das pequenas produções familiares. Essas empresas atuam nos segmentos de soja e derivados, leite, doce de leite, embutidos artesanais de suínos, ovos, maçã, uva e vinho, suco de uva, espumantes, variada linha de doces caseiros finos, geléia de frutas em geral, conserva de milho verde, ervilha, pepino, massa de tomate, erva mate e serviços, como enoturismo e o turismo rural.

A área de produção de grãos na região tende a estabilizar e até mesmo declinar, por isso a estimativa de concentração nas áreas de plantio de milho que hoje são da ordem mínima de 20 hectares por produtor, passando para 180 hectares no mínimo por produtor. O foco da produção será em produtos com valor agregado como direcionados à rações para aves, ovos para a indústria, suínos e frutas. Com relação à produção de soja na região, há limitação das áreas disponíveis, o perfil das propriedades, os problemas ambientais, a cultura adversa aos transgênicos e o custo de produção são fatores que devem afetar a produção de soja na região.

A produção das grandes empresas de carne da região tende a se estabilizar e as integrações serão feitas com produtores mais capitalizados, que usem mais tecnologia e que tenham melhor senso administrativo. A falta de renovação da mão de obra familiar trará uma mudança no setor de integração trazendo para este a contratação de funcionários. Estima-se que nos próximos dez anos os suinocultores cooperativados de Campos Novos aumentarão seu plantel dos atuais 500 para 2000 suínos por estabelecimento, assim 50% dos grãos produzidos na região serão consumidos ali mesmo, hoje são consumidos 25% da produção local.

Fraiburgo tende a estabilizar sua área de maçã ou reduzir devido a mudanças no clima. Por isso, os investimentos somente se viabilizarão para produções acima de 15 toneladas. De

acordo com estimativa dos produtores, deverá ocorrer uma homogeneização entre os produtores com a diminuição das grandes propriedades e o aumento das pequenas. Isso ocorrerá devido ao aumento das parcerias entre os médios e grandes produtores para monitorar tecnologias e contratos de fornecimento. Os pomares de maçã terão entre 60 e 100 hectares no futuro e os existentes hoje, de até 10 hectares, tenderão a desaparecer.

Com relação à produção de erva mate na região apesar da estabilização do consumo e da concorrência no Mercosul, percebe-se uma ótima oportunidade de mercado no continente europeu, principalmente de produtos derivados, por isso há a sugestão de um programa de valorização da erva mate Catarinense. Na região de Caçador que tem sofrido com a pressão das monoculturas principalmente dos reflorestamentos, observam-se iniciativas à diversidade agro ecológicas como alternativa aos agricultores, ações de reestruturação das propriedades também são realizadas, além da valorização do papel da mulher e dos jovens para o desenvolvimento rural. Além de iniciativas inovadoras como a produção de plantas medicinais e tomate quase orgânico. Essa pode ser uma saída para os pequenos produtores de tomates que estão desaparecendo, enquanto os grandes estão aumentando sua escala de produção.

Os pequenos produtores estão vendendo suas terras nas áreas mais inclinadas do planalto e estas terras estão sendo destinadas ao reflorestamento. Há perspectiva que a fruticultura de pequenos frutos tende a se expandir na região, considerada apropriada cultura para a agricultura familiar. Assim, tem-se a expectativa que "...a exploração de nichos de mercado tende a crescer em várias áreas e em muitos segmentos alimentares, com produção especializada e tecnificada..." (ALTMANN et al, 2008, p.79), gerando muitas oportunidades para a agricultura familiar da região.

O setor de laticínios tende a se expandir, mas para isso acontecer serão necessários investimentos em capacitação dos produtores de queijo em especial na região de Campos Novos, Uma vez que lá residem muitos produtores, porém com uma produção de baixa qualidade. Por isso, para dinamizar o setor lácteo da região será preciso, além de melhora na qualidade, agregar valor ao produto com desenvolvimento de novas e mais bem adequadas embalagens, melhora na higiene e limpeza, a fim de proporcionar um melhor reconhecimento deste produto no mercado. E, principalmente, pela importância que a pecuária leiteira tem na formação da renda dos agricultores familiares.

4.4.2 Microrregião dos Campos de Lages

A microrregião dos Campos de Lages encontra dois obstáculos herdados pelo seu modelo de ocupação com prioridade para grandes propriedades. Um é a produção da pecuária extensiva que age de forma negativa nas pequenas propriedades, pois não beneficia os agricultores familiares. Outro é a crescente expansão dos reflorestamentos de pinus. Mas mesmo com esses entraves, a região parece caminhar em direção à mudança de paradigmas trazendo otimismo aos produtores familiares.

Em partes o otimismo dos produtores familiares da microrregião dos Campos de Lages se deve ao processo crescente de diversificação de produção com grande expansão da fruticultura, além da expansão com menor intensidade da pecuária leiteira e da agroindustrialização. Investimentos em curso voltados para a produção de uva, sucos, mirtilo devem agregar valor à produção agrícola da região. Além disso, a indústria de laticínios produtora de queijos e derivados (iogurte e bebidas lácteas) deve se expandir aproveitando grande diversidade de frutas produzidas nesta região. Outra importante notícia refere-se a maçã, com investimentos em câmaras frias, que estão sendo implantadas na região e devem consolidar a agroindústria para produzir geléias, sucos e outros derivados do produto.

Os investimentos em torno da viticultura deverão crescer significativamente nesta região, incentivando o enoturismo, assim como deve crescer na região o turismo rural e o turismo voltado para esportes radicais. Para que isso aconteça, será essencial a participação dos governos municipais e estadual com remodelagem das cidades (paisagismo e arquitetura). Todas as regiões do Estado de Santa Catarina apostam no enoturismo como uma provável fonte de renda para o futuro. No entanto, não existe em Santa Catarina nenhuma outra região com as características da serra catarinense para este tipo de atividade. Portanto, se o enoturismo se destacar como se espera, essa será sua região de maior destaque. Soma-se a isso a expectativa de se instalarem na região novos produtores tradicionais de uva vindo de outras regiões, em especial do Rio Grande do Sul.

É preciso ampliar a organização e o associativismo entre os agricultores familiares da região dos Campos de Lages, pois muitos ainda se encontram fora do sistema de

cooperativismo devido a heranças culturais e ao conservadorismo, esse talvez seja o principal desafio desta região. Pois, a resistência dos produtores familiares aos sistemas associativos e cooperativos tem incentivado o trabalho com jovens cooperativados que são mais receptivos a introdução de mudanças e como esses jovens serão os produtores do futuro, devem ser mais participativos, profissionais, trabalhando melhor a produtividade e a qualidade de seus produtos. Assim eles tendem a perceber a assistência técnica como um investimento e terão mais visão de mercado.

Será preciso converter a cultura do produtor familiar local com sua visão de extrativista e produtor da pecuária extensiva para culturas voltadas à produção com características mais distintas como, por exemplo, a produção de uvas e vinhos, queijos e derivados. Essas culturas deverão exigir mais disciplina e comprometimento desses produtores, mas devem proporcionar a eles a expectativa de melhores ganhos e melhor distribuição de renda entre os produtores familiares da região.

4.5 Mesorregião Sul Catarinense

A mesorregião do Sul Catarinense, número 5 no mapa é composta pelas microrregiões de Araranguá, Criciúma e Tubarão e, juntas, contém 44 municípios. Nessa mesorregião, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE 2006, a agricultura familiar é formada por 14,24% dos estabelecimentos agrícolas familiares, ocupa 5,28% da área agrícola, emprega 5,38% das pessoas ocupadas e produz 5,03% do valor bruto produzido pela agricultura familiar em Santa Catarina.

Nessa mesorregião deverá ocorrer redução do número de produtores, concentração da produção e aumento no tamanho médio das propriedades. Isso deverá ocorrer devido ao envelhecimento dos produtores e a venda de suas propriedades. Estima-se que entre 30 a 40 anos Santa Catarina terá apenas 30% do número de produtores rurais atual. Porém vale lembrar que o êxodo rural no Estado já foi mais intenso e devido à expansão das cidades, surgiram boas oportunidades para os empreendimentos rurais. Por isso, se um jovem agricultor percebe boas perspectivas de renda ele opta por permanecer no campo. Portanto, os

jovens que permanecerem no campo serão socialmente mais organizados, especializados, capacitados e focados nas atividades econômicas do local de residência.

As áreas de plantio de arroz devem se manter no Estado de Santa Catarina, ficando em torno dos atuais 150 mil hectares, porém a rentabilidade será menor e o trabalho exigirá mais dedicação e redução de gastos para compensar, o número de produtores deverá cair pela metade, pressões da sociedade sobre os cultivos irrigados e a proteção dos recursos naturais devem influenciar o setor. As cooperativas do sul do Estado deverão adotar novo modelo de integração e gestão, a fim de garantir competitividade e lucratividade.

Em alguns municípios há tendência de aumento no número de aviários, a bacia leiteira da região deve expandir incentivada pela aplicação de novas tecnologias e investimentos em capacitação e melhoramento genético do rebanho. Também deve haver aumento no tamanho médio das propriedades e diminuição do número de produtores, a produção média deve aumentar passando dos atuais 100 litros para 300 litros dia.

A melhora na qualidade dos vinhos da região devém incentivar o enoturismo, trazendo investimentos para melhorar a infra-estrutura. O consórcio intermunicipal “caminhos da colonização italiana” entre outros são experiências locais que podem frutificar.

4.6 Mesorregião do Vale do Itajaí

A mesorregião do Vale do Itajaí, número 6 no mapa é composta pelas microrregiões de Blumenau, Itajaí, Ituporanga e Rio do Sul e juntas contém 53 municípios. Nessa mesorregião de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE 2006 a agricultura familiar é formada por 14,77% dos estabelecimentos agrícolas familiares, ocupam 14,44% da área agrícola familiar, emprega 14,08% das pessoas ocupadas e produz 15,70% do valor bruto produzido pela agricultura familiar em Santa Catarina.

Essa mesorregião nos próximos anos deverá ter boa parte de suas áreas hoje utilizadas pela agricultura tomada pela expansão dos pequenos municípios. Por isso, poderá haver multiuso das áreas rurais e urbanas, com surgimento de atividades mais rentáveis do que as atuais. Entre as novas possibilidades estão o cultivo de verduras, frutas e produtos orgânicos.

Deverá haver uma substituição da cultura de milho, feijão e produtos de subsistência por esses produtos.

Os jovens deverão continuar saindo do campo, motivados por oportunidades de empregos nas áreas urbanas no setor têxtil, metal mecânico e de serviços. Sairão incentivados pelos pais que falam mal da atividade agrícola para os filhos e isso os desmotiva a continuarem na agricultura. Além disso, querem ver seus filhos ocupando empregos formais. Ficarão no campo os produtores que agregarem valor à produção aumentando produção e produtividade, pois as propriedades no futuro deverão ocupar áreas maiores, ser mais mecanizadas e com agricultores mais especializados e focados em resultados econômicos. O número de agricultores no campo diminuirá, mas deverá aumentar o número de famílias, que não dependerão da atividade agrícola. Por isso, sem dúvida, o grande desafio desta região será de alteração do processo de produção familiar como se conhece para inserir os jovens numa nova proposta da atividade agrícola.

O aumento dos reflorestamentos deverá ocorrer com uso incorreto do solo do ponto de vista econômico, correndo risco de esvaziamento do campo. Entre as atividades existentes deverão continuar a produção de leite, reflorestamentos, fumo, cebola, suínos e peixes. E, outras atividades deverão surgir como a produção de plantas medicinais, cebola orgânica, produtos artesanais e piscicultura. A mandioca deve ter seu plantio reduzido, os abatedores de aves apostam na eficiência, na segurança sanitária e nos novos produtos.

Por força do mercado deverão aumentar as organizações associadas, cooperativas, em defesa da sobrevivência da atividade rural. Essas formas de organização deverão sofrer novas reestruturações. Por isso, tendem a se modificar em relação aos modelos atuais, mas serão essenciais para a continuidade das atividades agrícolas de cunho familiar tanto nesta região como no Estado de Santa Catarina.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante séculos o Brasil priorizou a grande propriedade de monocultura e ignorou a agricultura Familiar, simplesmente por considerar que o caminho do Campo passava obrigatoriamente pela grande propriedade, conforme Veiga (2003). Esta postura adotada pelo Brasil foi contrária à postura adotada pelos países desenvolvidos.

Por isso, a agricultura familiar no Brasil só foi reconhecida oficialmente enquanto atividade produtiva recentemente, em 2006. Foi a partir daí, conforme Hoeflich (2006), que ela foi reconhecida pela sua importância social, como maior geradora de emprego no campo, pela sua importância econômica, através da função de produzir alimentos para suprir as necessidades de consumo da população urbana, pela sua importância política fundamental para governabilidade, por manter os indivíduos no meio rural, e, finalmente, pela sua importância cultural, mantenedora do saber que a experiência acumulou ao longo do tempo.

No Brasil conforme Hoeflich (2006) a região sul é a região que melhor expressa todos os conceitos atribuídos à agricultura familiar, devido sua estrutura fundiária constituída por pequenas unidades de produção familiar, que ocupa menos de quatro por cento da área agrícola brasileira. Além disso, na região Sul do Brasil a agricultura familiar através do uso coerente da terra, da mão de obra e da diversificação da produção torna-se um dos mais importantes segmentos sociais em prol do desenvolvimento do Brasil.

A produção de alimentos básicos não é uma atividade interessante para grandes produtores possuidores de grandes propriedades. Por isso, a agricultura familiar tem a responsabilidade de produzir a principal parcela da dieta básica para as populações urbanas. Em Santa Catarina a estrutura fundiária com pequenas unidades, o clima, o solo e a topografia proporcionaram para agricultura familiar a responsabilidade de produzir itens para o consumo de sua população urbana.

Na região dos Campos de Lages a estrutura fundiária se diferencia da estrutura fundiária do sul do Brasil e da estrutura fundiária catarinense. Nessa região a estrutura fundiária é resultado da formação histórica e cultural que priorizou a grande propriedade, baseada na pecuária extensiva, que age negativamente contra a agricultura familiar, pois não gera renda suficiente para manter a família no campo. Além disso, após o fim do ciclo da madeira a

região se tornou pólo de produção de celulose proporcionando a expansão dos reflorestamentos de pinus. Mas, mesmo assim a agricultura familiar também se fez presente nesta região, cumprindo seu papel de produtora de alimentos básicos para alimentação da população com boa produção de alho, batata inglesa, cebola, feijão, milho, soja, tomate, trigo e maçã. Ela produz também em quantidades menos expressivas, produtos como arroz, mandioca, uva e leite. Portanto, a região apresenta fatores limitantes para o desenvolvimento da agricultura familiar, mas mesmo assim a agricultura familiar se faz presente na região.

A comparação dos aspectos de desenvolvimento econômico, social e de sustentabilidade da microrregião dos campos de Lages, permitiu observar que a região precisa melhorar muito nesses aspectos para se enquadrar na média do estado catarinense, pois mesmo com as melhoras apresentadas nos últimos anos eles ainda são os piores do estado. Os resultados da agricultura familiar da região ficam abaixo da média estadual. Trata-se, portanto, de uma região que carece de muitos recursos e ainda depende de muitos investimentos para se desenvolver econômica e socialmente, pois apresenta os piores índices de desenvolvimento como, pobreza e altos índices de evasão rural e regional.

A agricultura familiar na região dos Campos de Lages se encontra em processo crescente de diversificação. Com expansão da fruticultura e dos reflorestamentos, além da expansão em menor intensidade da pecuária leiteira, que é vista com bons olhos na região, pois deve agregar valor na indústria de laticínios com a produção de queijos e derivados entre eles iogurtes e bebidas lácteas. A combinação da indústria de laticínios com a grande diversidade de frutas produzidas na região deverá proporcionar aumento na renda dos agricultores familiares. Por isso, já existem alguns investimentos para aumentar a produção de uva, morango e mirtilo, além da agroindustrialização da maçã, a fim de produzir geléias, sucos e outros derivados do produto.

É preciso, então, ampliar a organização e o associativismo entre os agricultores familiares da região dos Campos de Lages, uma vez que muitos ainda se encontram fora do sistema de cooperativismo devido às heranças culturais e ao conservadorismo. A existência deste paradigma tem incentivado trabalho com jovens cooperativados por entender que eles serão os produtores do futuro, devendo ser mais participativos e profissionais, bem como trabalhar melhor a produtividade e a qualidade de seus produtos. Portanto, é preciso converter a cultura do produtor familiar local com sua visão de extrativista e produtor da pecuária extensiva para culturas voltadas à produção com características mais distintas como, por exemplo, a

produção de uvas e vinhos, queijos e derivados. Essas culturas deverão exigir mais disciplina e comprometimento desses produtores, mas devem proporcionar a eles a expectativa de melhores ganhos e melhor distribuição de renda entre os produtores familiares da região.

A região deve aumentar seus investimentos na vinicultura que deve crescer significativamente incentivada pelo enoturismo, turismo rural e turismo de esportes radicais. Há uma tendência de crescimento desse tipo de turismo em todo Estado de Santa Catarina. No entanto, não existe no estado outra região com as características da serra catarinense para este tipo de turismo. Soma-se a isso a expectativa de se instalarem na região novos produtores tradicionais de uva vindos de outras regiões, em especial do Rio Grande do Sul.

Observa-se certo otimismo com relação às oportunidades futuras para agricultura familiar tanto na região dos Campos de Lages como no estado catarinense. Mas, para estar na atividade agrícola o agricultor familiar do futuro precisará ser melhor preparado que o atual, pois irão se manter no campo os agricultores familiares tecnicamente mais preparados, melhor qualificados e por necessidade mais cooperados e associados.

A mecanização e a tecnificação das atividades agrícolas devem resolver parte do problema da falta de mão de obra no campo, que é provocada em geral pelo êxodo rural e pelo envelhecimento dos produtores. No entanto, a mecanização e a tecnificação também serão responsáveis por expulsar do meio rural quem não acompanhar suas mudanças, provocando mais problemas nas grandes cidades do estado.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, R.; MIOR, L.C.; Zoldan, P. **Perspectivas para o Sistema Agroalimentar e o Espaço Rural de Santa Catarina em 2015: Percepção de representantes de agroindústrias, cooperativas e organizações sociais.** Florianópolis: Epagri, 2008.

AUED, Bernadete Wreblevski; Paulilo, Maria Ignez Silveira (Org.). **Agricultura Familiar.** Florianópolis: Editora Insular, 2004.

CNM/COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA. **Roteiro para Elaboração de Projeto de Monografia.** Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas/Coordenação de Monografia, 2007. Disponível em: <http://www.cse.ufsc.br/~gecon/> Acessado em: 12/09/2007.

FILHO, Alcides G. **Formação Econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2007.

GUANZIROLI, Carlos E. [et al]. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Garamomd, 2001.

LAMARCHE, Hughes (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional.** 2ª Ed. São Paulo: Editora UNICAMP, 1997.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MINAYO, Maria C. de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** In: Ciência, Técnica e Arte: O desafio da pesquisa social. 27ª Edição. Rio de Janeiro: Editoras Vozes, 2008.

PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (Organizadores). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

SOUZA, Ivan S. F. de (Ed. Téc.); SILVA, José de Souza; CABRAL, José R. F. (et al). **Agricultura Familiar na Dinâmica da Pesquisa Agropecuária**. 1ª Edição. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar realidades e Perspectivas**. 2ª Edição. Passo Fundo: EDIUFF, 1999.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2ª Ed. São Paulo, 2003.

MONOGRAFIAS

ANDRADE, Fábio Corrêa de. **A Expansão da indústria madeireira e sua influência Sobre a Zona Agropecuária de Otacílio Costa/SC**. Florianópolis, 2003. 50 p. Monografia (Geografia) - UFSC.

SILVA, Carla Roseni da. **Paralelo de Desenvolvimento Microrregional: Microrregião dos Campos de Lages, de Joinville e de Tubarão**. Florianópolis, 2007. 132 p. Monografia (Economia) - UFSC.

Revistas

CAZELLA, Ademir Antonio; BÚRIGO, Fábio Luiz. **O Desenvolvimento Territorial no Planalto Catarinense: O Difícil Caminho da Intersetorialidade**. Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XV, Jan – Jun de 2008.

Folheto

PRONAF/SC (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). **O PRONAF e a agricultura familiar catarinense**. Florianópolis, 2002. 60 p.

Consulta site

AMURES. **Associação dos Municípios da Região Serrana**. Disponível em: <<http://www.amures.org.br/municipios/index.php>> Acesso em: mar. 2011.

IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Sinopse do Censo Demográfico 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> acesso em: 27 mai. 2011.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Dados regionais. Disponível em<<http://www.ipeadata.gov.br>> acesso em: 25 mai. 2011.

WIKIPÉDIA. **Microrregião de Campos de Lages**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_de_Campos_de_Lages> Acesso em: mai. 2011.